

# Relatório de Apoio ao Orçamento Municipal de 2015

Município de Santa Cruz  
Outubro de 2014

## Índice

Introdução.....	4
Contexto.....	5
Medidas e princípios orientadores da execução orçamental .....	6
Receitas .....	16
Imposto Municipal de Imóveis (IMI) .....	16
Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis (IMT) .....	17
Derrama .....	18
Outros - Imposto Único de Circulação (IUC) .....	18
Resumo Impostos Directos .....	19
Impostos Indirectos.....	20
Taxas, Multas, Juros e Contraordenações.....	22
Rendimentos de Propriedade .....	23
Transferências Correntes .....	24
Venda de bens e serviços .....	25
Outras Receitas Correntes .....	27
Resumo das Receitas Correntes.....	28
Receitas de capital ou investimento: venda de bens de investimento.....	29
Receitas de capital ou investimento: transferências de capital.....	30
Receitas de capital ou investimento: passivos financeiros .....	30
Resumo das Receitas de capital .....	31
Despesas Correntes.....	32
Despesas com Pessoal.....	32
Principais indicadores da caracterização de Recursos Humanos.....	33
Evolução n.º de trabalhadores na Câmara Municipal de Santa Cruz.....	33
Relação de saídas por secção e por ano.....	33
Relação de motivos das saídas por ano .....	34
Idade dos trabalhadores à data da aposentação .....	35
Percentagem de aposentações por ano.....	35
Relação de trabalhadores por antiguidade .....	36
Relação de trabalhadores por escolaridade.....	36
Relação de trabalhadores por escalão etário.....	37
Relação trabalhadores do mapa de pessoal por género.....	38
Relação trabalhadores por tipo de vínculo .....	38

Trabalhadores municipais .....	39
Relação de trabalhadores por carreira/categoria .....	39
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços.....	40
Juros e Outros Encargos .....	41
Transferências Correntes, Subsídios e Outras Despesas Correntes.....	41
Aquisição de bens de capital – despesas de investimento .....	42
Transferências de Capital .....	44
Activos Financeiros.....	44
Despesas com Passivos Financeiros .....	44
Outras Despesas de Capital.....	45
Principais indicadores da situação financeira .....	46
Situação do Passivo .....	46
Situação dos Fundos Disponíveis .....	47
Situação dos Pagamentos em Atraso.....	49
Situação do Prazo Médio para Pagamento .....	49
Responsabilidades Contingentes .....	50
Resumo do Orçamento .....	52

## Introdução

Determina a Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, que estabelece o actual regime financeiro das Autarquias Locais, no n.º 1 do artigo n.º 45 que “... **o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de Outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte**”.

Conjugando com o exposto anteriormente, tem ainda o Município de Santa Cruz, por estar abrangido pelo programa I do PAEL, de acolher com as regras da DGAL, nomeadamente com a obrigatoriedade de “**submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais, e eventuais revisões, para apreciação técnica, antes da sua apresentação, para aprovação, à Assembleia Municipal**. Para este efeito deverão remeter para o [pael@dgal.pt](mailto:pael@dgal.pt), pelo menos 30 dias antes da prevista para aprovação por parte da Assembleia Municipal, o pdf da proposta de orçamento aprovada pelo órgão executivo, bem como o ficheiro excel de acompanhamento do orçamento que se encontra disponível no portal autárquico...”.

O orçamento municipal apresentado, conforme comunicação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com a referência externa CIR\_108/2014/AG de 01/10/2014, não está de acordo com o previsto no n.º 44.º da Lei n.º 73/2013, no que toca ao Quadro Plurianual Municipal. O ponto n.º 4.º do referido comunicado refere: “Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44.º da Lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de Janeiro de 2014. A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016...”.

## Contexto

O Município de Santa Cruz, tal como consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2013 e ainda conforme informação produzida pela Direcção Geral das Autarquias Locais, a 31 de Dezembro de 2013:

- 1- Era o quarto pior pagador dentro dos 308 municípios, apresentando um prazo médio para pagamentos de 1.049 dias;
- 2- Apresentou resultados operacionais negativos de € 903.890;
- 3- Apresentou resultados líquidos negativos de € 373.092;
- 4- Tinha um Passivo exigível de € 36.811.261;
- 5- Tinha um endividamento líquido de € 31.078.575, situando o Município no 42.º lugar do Ranking dos Municípios com maior endividamento líquido e o 34.º pior lugar relativamente ao índice de dívida total, com 166,1%;
- 6- Apresentava ainda um índice de dívida a Fornecedores relativamente a receitas efectivas do ano anterior de 155,6 %.

É um município de média dimensão, sendo o n.º de habitantes apurado de 43.827.

## Medidas e princípios orientadores da execução orçamental

Este capítulo, conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo n.º 46 da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, refere os principais aspectos que devem orientar a execução orçamental para o ano de 2015.

As contas públicas do sector da administração autárquica são reguladas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

O POCAL define que os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as [Grandes Opções do Plano](#) e o [Orçamento](#).

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o [Plano Plurianual de Investimentos](#) e as [Actividades Mais Relevantes](#) da gestão autárquica.

O Orçamento subdivide-se no [Orçamento da Despesa](#) e o [Orçamento da Receita](#).

O [Orçamento da Despesa](#) engloba todas as rubricas económicas, incluindo as contempladas no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Mais Relevantes.

O classificador económico das receitas e despesas a utilizar pelas autarquias locais na preparação dos documentos previsionais é o que resulta da adaptação da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, às autarquias locais e posteriores alterações.

Os mapas de controlo de execução orçamental permitem verificar, ao longo do ano, a evolução da cobrança de receitas estimada e os pagamentos executados face às dotações previstas no orçamento.

Na execução dos documentos previsionais, devem ser tidos sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à sua [economia](#) (entendida como a aquisição dos meios utilizados para a produção dos bens e serviços públicos, na quantidade e qualidade adequada, ao mínimo custo), [eficiência](#) (entendida como a organização, coordenação e emprego dos meios para melhorar otimizar a relação entre o produto e/ou serviços obtidos e os meios usados para a sua consecução) e [eficácia](#) (entendida como a consecução de forma satisfatória dos objetivos e ações previstas e autorizadas).

Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria.

No exercício do poder de autorizar despesas, para além de se ter atenção a princípios que conduzam ao máximo rendimento com o mínimo dispêndio, dever-se-á também ter em conta a [conformidade legal](#) (entendida como prévia existência de lei que autorize despesas) e a [regularidade financeira](#) (entendida como a existência de inscrição orçamental, correspondente ao cabimento e adequada classificação de despesa).

Destaque ainda para duas situações:

### 1- [A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso \(LCPA\).](#)

(Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro)

Desde 22 de Fevereiro de 2012 que tem que se ter em conta o conceito de [FUNDOS DISPONÍVEIS](#).

Em traços gerais, não basta existir orçamento disponível e não comprometido, para que se autorize a realização de uma despesa. Tem de se apurar que, no mês em curso, acrescido dos dois meses seguintes, existe um saldo positivo entre **receitas** esperadas e fundamentadas e as **despesas já comprometidas** (sejam faturas por pagar, contratos programa, rendas, notas de encomenda ou requisições/compromissos efetuados e não faturados).

A realização de despesas sem a existência de FUNDOS DISPONÍVEIS positivos, iguais ou superiores à despesa a contratar, está sujeita às sanções previstas na Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Mais à frente, no capítulo com o título FUNDOS DISPONÍVEIS, aprofundaremos este tema.

### 1- [A indispensabilidade de elaboração de diversos manuais de procedimento.](#)

Conforme consta do formulário de adesão de candidatura ao PAEL, acrescentando a necessidade de reformular a Norma de Controlo Interno (documento cuja última atualização data do ano de 2003), adequando ainda procedimentos às novas diretrizes do atual executivo em regime de permanência, salientam-se as áreas onde será obrigatório a sua redação e/ou atualização:

1. Arrecadação e controlo da receita;
2. Processos de execução fiscal e procedimentos de aplicação de coimas;
3. Recursos Humanos;
4. Disponibilidades;
5. Processo de aquisição de bens e serviços;
6. Tramitação da despesa;
7. Contas de terceiros e endividamento;
8. Existências;
9. Imobilizado;
10. Comunicações;
11. Aquisição e atribuição de viaturas e gestão do parque automóvel.

De salientar que os manuais a redigir ou atualizar deverão ser submetidos a aprovação dos órgãos municipais.

De ter ainda em conta que:

O orçamento de 2015 expõe a importância da administração directa, na prossecução das principais actividades dos serviços municipais, para o cumprimento das amplas competências atribuídas ao Município. Neste sentido, foi conferida renovada importância ao **Plano de Actividades Municipais**, inscrevendo e individualizando as principais actividades, com especial enfoque, nas que assumem anos seguintes nas actividades de administração directa.

O **Plano Plurianual de Investimentos** revela a dificuldade financeira da Autarquia, o contexto regional e nacional e a inversão das prioridades, privilegiando-se as intervenções de proximidade.

Também a proposta do orçamento de 2015, tal como o orçamento de 2014, não podia deixar de refletir a situação [de rutura financeira, ou desequilíbrio financeiro estrutural](#) em que se encontra a Câmara Municipal de Santa Cruz, apresentando, para além de novas e indispensáveis despesas associadas ao fornecimento contínuo de bens e serviços e de manutenção básica de bens e infraestruturas municipais, **fortes condicionamentos que impossibilitam a realização geral de novas despesas**, nomeadamente despesas de investimento.

À data de elaboração do orçamento, o valor da dívida, de cerca de 10,5 milhões de euros, transita, obrigatoriamente e de acordo com o estipulado no POCAL, para o ano seguinte.



Ao contrário de anos anteriores, e conforme instruções da Secção Regional do Tribunal de Contas, a falta de disponibilidade financeira não pode impedir a orçamentação de toda a dívida.

Assim, não chega a dívida estar espelhada no balanço e na contabilidade patrimonial. Também tem de estar inscrita na contabilidade orçamental, logo, contemplada no orçamento, cabimentada.

Apesar de mais um ano de contenção, o executivo municipal em regime de permanência, prevê a execução dos seguintes projectos e actividades, entendendo-os como essenciais e imprescindíveis ao normal funcionamento dos serviços.

Alguns destes projectos têm contratos em curso em 2014 e abrangem o ano de 2015.

Foram privilegiados os projectos e actividades com objectivos, sociais, de operacionalidade dos serviços internos para realização das suas competências e de administração directa.

Destacam-se os seguintes projectos/actividades, de natureza corrente, e que constam do Plano de Actividades Municipais (PAM):

1. Programas de inclusão social: Rendimento Social de Inserção (RSI), e Programa de Ocupação Temporária (POT's), no valor de € 60.000,00;
2. Comparticipação nas bolsas de estudo a alunos: € 30.000,00;
3. Comparticipação na aquisição de materiais escolares: € 5.000,00;
4. Fundo de Emergência Social: € 220.000,00;
5. Criação de Clube de Emprego Municipal: € 20.000,00;
6. Aquisição de areia para actividades de administração directa: € 11.500,00;
7. Compra de betão para conservações estradas, caminhos e muros municipais: € 90.000,00;
8. Aquisição de brita e pó de pedra para actividades de administração directa: € 15.318,00;
9. Aquisição de cimento para actividades de administração directa: € 17.640,00;

10. Aquisição de tintas e acessórios para actividades de administração directa: € 16.774,00;
11. Parque de viaturas e máquinas: aquisição de gasolina: € 11.000,00;
12. Parque de viaturas e máquinas: aquisição de gasóleo: € 284.727,00;
13. Aquisição de outros combustíveis: gás, oxigénio, óleos e lubrificantes: € 39.621,00;
14. Actividades de administração directa: material para serralharia: € 9.636,78;
15. Actividades de administração directa: aquisição de bens de limpeza: €23.000,00;
16. Aquisição de vestuário e artigos pessoais: € 30.000,00;
17. Aquisição de material de escritório: € 7.200,00;
18. Novo Aluguer Operacional de viaturas para substituição da frota automóvel: € 350.000,00;
19. Aquisição de peças automóveis, incluindo pneus: € 61.000,00;
20. Actividades de administração directa: material de ferragens: € 10.000,00;
21. Encargos das instalações: sistemas de refrigeração: € 1.000,00;
22. Aquisição de serviços de manutenção e reparação de máquinas e ferramentas: € 5.000,00;
23. Manutenção de viaturas municipais: € 299.600,00;
24. Aquisição de serviços de datacenter em ambiente cloud: € 22.351,00;
25. Aquisição de serviços de expedição postal: € 80.749,00;
26. Aquisição de serviços de comunicações fixas: € 24.423,00;
27. Aquisição de serviços de comunicações fixas, dados e internet: € 12.301,00;
28. Aquisição de serviços de comunicações móveis: € 18.819,00;
29. Aquisição de serviços de apoio técnico e licenciamento de aplicações sigma: € 48.899,00;

30. Aquisição do serviço de impressão, envelopagem e cobrança postal das facturas de água: € 29.187,00;
31. Aquisição de sistema de impressão centralizada em regime pay per use: € 24.866,00;
32. Actividades de administração directa: material eléctrico: € 10.980,00;
33. Compra de material para conservação das redes municipais de água/saneamento: 110.000,00;
34. Aquisição de serviços de análises de controlo de qualidade de água: € 23.460,84;
35. Aquisição de serviços de tratamento, incineração de resíduos sólidos; € 1.170.000,00;
36. Aquisição de serviços para conservação e reparação de ETARES: € 128.000,00;
37. Aquisição de serviços para conservação de sistemas elevatórios: € 25.000,00;
38. Aluguer operacional de viaturas para sector dos resíduos sólidos: € 337.657,00;
39. Intervenção no muro de suporte do caminho municipal dos salgados, Camacha: € 7.766,93;
40. Intervenção no caminho do norte, Camacha: € 8.330,16;
41. Intervenção no caminho de Roma, Santa Cruz: € 8.144,72;
42. Intervenção no caminho da Fonte, Santa Cruz: € 6.100,00;
43. Aquisição de mercadoria para venda: água: € 3.241.866,00;
44. Aquisição de bens e serviços para praias: € 23.141,00;
45. Protocolo para recolha e tratamento de animais errantes: € 3.000,00;
46. Aquisição de bens para desinfestação e desmatação: € 15.000,00;
47. Encargos das instalações: electricidade: € 407.000,00;
48. Atualização do Plano Director Municipal (PDM): € 10.000,00;
49. Apoio a dinamização cultural: Eventos e festas municipais: € 30.000,00;
50. Contratos interadministrativos de delegação de competências com Freguesias do concelho: € 125.000,00;

51. Constituição do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM): €143.124,00, conforme comunicação da DGAL coma a referência externa 1615 de 26/09/2014.

A grande prioridade do executivo continua a ser a redução do endividamento, o pagamento da dívida, e assegurar, para além das despesas com pessoal, (que apresentam uma redução inicial prevista de 1,04% face ao orçamento de 2014, menos € 68.928,39), as despesas e pagamentos com empréstimos, com a compra de água, com o tratamento e depósito de resíduos, com as despesas de manutenção de ETARES, com a compra de combustível, e electricidade, bem como, cumprir com o pagamento dentro dos 90 dias de todas as despesas contratualizadas.

Ao nível das transferências para instituições, e no cumprimento das medidas do Plano de Ajustamento Financeiro, estão previstas transferências para as Freguesias, tendo por base a recente Legislação em matéria de delegação de competências.

À data de elaboração do orçamento municipal para 2015, ainda se encontra por concretizar a terceira tranche do empréstimo do PAEL e parte substancial dos empréstimos de REEQUILIBRIO.

Optou-se, por critério de prudência, pela inclusão do valor da terceira tranche do empréstimo do PAEL e o remanescente dos empréstimos do REEQUILIBRIO para 2015, tanto no orçamento da receita, como no orçamento da despesa. O valor em causa é de € 5.144.598,57.

Caso se verifiquem as condições para a sua concretização ainda no decorrer deste ano, será solicitada à DGAL e aos órgãos municipais, uma revisão ao orçamento de 2015 de modo a diminuir o valor do orçamento global.

Mais que a comparação entre anos, capítulos (que costuma ser o trabalho comum à elaboração de orçamentos e relatórios financeiros), importa salientar o seguinte: a proposta de orçamento inicial para 2015 contempla o total das faturas por pagar na posse dos serviços, reclamadas por fornecedores, acrescido das despesas obrigatórias para 2015, como despesas com pessoal, empréstimos, despesas de fornecimento contínuo e contratos celebrados cujo período de faturação abrange o ano de 2015.

Engloba ainda o valor de € 1.047.000,00 referentes a processos judiciais em fase de conclusão ou concluídos que, à presente data, não possuem factura processada, por devolução prévia e anterior à homologação ou sentença judicial.

Se, defendem as normas legislativas, o orçamento deve somente contemplar a média dos valores efetivamente cobrados e recebidos nos últimos 24 meses precedentes ao mês da elaboração do orçamento, sustentam também as entidades que tutelam e fiscalizam as contas do município, através dos princípios contabilísticos enumerados no POCAL, [que não podem existir faturas/despesas sem a correspondente dotação orçamental](#)<sup>1</sup>.

De notar, que o orçamento para 2015 será o primeiro a ser “confrontado” com os montantes inscritos no Plano de Ajustamento Financeiro, plano indexado ao empréstimo do PAEL, o que trará certamente questões a ter em conta, no âmbito da execução do PAF, Plano de Ajustamento Financeiro decorrente do PAEL.

Apesar da melhoria da situação financeira do município, o valor da dívida a fornecedores, de cerca de 10,7 milhões de euros à data da elaboração do orçamento, conduz à necessidade de, à semelhança do orçamento de 2014, empolar as receitas, correntes e capital. O empolamento do orçamento da receita, ainda que em valores muito inferiores ao orçamento de 2014, ocorrerá somente até ao momento em que o valor da dívida esteja dentro do valor da execução do orçamento. Continua a ser uma desconformidade necessária para o registo integral do valor reclamado por fornecedores. Estimamos que entre 2016 e 2017, tal prática deixe de ser necessária.

A diferença existente entre a componente corrente do orçamento da receita e da despesa, no valor de € 2.396.576,31, corresponde ao montante da dívida corrente a pagar, à data de elaboração do orçamento, consignada aos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO. Os montantes relativos à utilização de empréstimos são obrigatoriamente contabilizados no orçamento de capital, “capítulo 12 – Passivos financeiros”, conforme classificador económico em vigor.

Destaca-se ainda o seguinte: o orçamento para 2015 é inferior em cerca de 24 milhões de euros do que o de 2014, o que expressa a diminuição da dívida a fornecedores e a aproximação às regras financeiras e às obrigações impostas pela tutela.

---

<sup>1</sup> Conforme apontado no ponto 3.3 do Relato do Tribunal de Contas com a designação “Auditoria ao cumprimento do plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal de Santa Cruz – 2008 a 2012”

Continua a ser objectivo estratégico deste executivo, reduzir o valor da dívida e implementar um novo modelo de gestão financeira, tendo em conta os critérios de eficiência, eficácia e numa última fase, qualidade.

O levantamento de práticas e a redação de novos procedimentos e regulamentos promoverá a correção de desigualdades, a generalização do conceito de utilizador-pagador, de facturação equivalente e simultânea à prestação do serviço ou venda de bens, o que se traduzirá em igualdade entre municípios, transparência nos procedimentos de todos os serviços municipais, e uma melhoria da situação económico-financeira do município, e a consequente saída da situação de ruptura financeira e de desequilíbrio financeiro estrutural.

Em 2015, a auditoria de gestão estará ainda a vigorar, tendo como principais objectivos:

- A condução de processos judiciais na defesa dos interesses do município;
- Assegurar o consciente pagamento de dívidas provenientes de processos judiciais;
- A recomendação de mudança de procedimentos e condutas internas;
- O apuramento de eventuais responsabilidades.

Tal como exposto no orçamento de 2014:

Numa meta de médio/longo prazo, a redução das despesas de funcionamento, permitirão o reforço das intervenções e projetos de investimento. O retorno ao recurso da mão-de-obra própria, à pesquisa e reforço de candidaturas a projetos comunitários, contribuirá para a melhoria da situação financeira.

Ao nível da receita, os regulamentos deverão ser revistos. Os procedimentos de receita devem ser uniformizados e todos os municípios, utentes, turistas, devem ser tratados de forma idêntica. Igualdade, transparência e critério do utilizador-pagador, devem nortear a ação dos serviços municipais, em particular, os serviços emissores de receita.

Todas as taxas e tarifas devem possuir a adequada e obrigatória fundamentação económica e financeira, e paralelamente, estarem ajustadas à realidade social e económica que atravessamos.

Para cumprir as competências respeitantes exclusivamente ao município, não fazer despesa que não seja imposta por legislação, ou que ponha em causa a saúde, segurança de pessoas e bens, os órgãos municipais deverão, ter sempre em linha de conta, a necessidade imperiosa de redução do endividamento e a redução dos prazos médios de pagamento.

## Receitas

### Imposto Municipal de Imóveis (IMI)

A cobrança do Imposto Municipal de Imóveis consta do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), definido no PAEL.

Porém, a reavaliação de imóveis pela Autoridade Tributária, o término de isenções concedidas no último grande período de elevado índice de construção civil (2001 a 2005) e a proposta de correcção de coeficientes de localização à Comissão Nacional de Avaliação de Prédios, a enviar para aprovação até ao fim do presente ano e ainda a defesa dos interesses da população do Concelho, são factores que fundamentam a decisão de não aplicação de taxas máximas do IMI.

Escolhe o actual executivo em regime de permanência, voltar a não penalizar a generalidade dos munícipes e, simultaneamente garantir a obtenção do resultado financeiro previsto no Plano de Ajustamento Financeiro. Esta decisão teve aprovação da proposta n.º 138/2014, aprovada nas reuniões do órgão executivo e deliberativo, através das deliberações n.º 166/2014 de 04/09/2014 e n.º 32/2014 de 17/09/2014, respectivamente.

Da proposta aprovada, faz ainda parte a deliberação de aplicação da alínea a) do ponto 1.2 que refere: “A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios ou a parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Santa Cruz tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade...” e ainda, do ponto n.º 1.3 donde consta: “Nos termos do n.º 3. do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redacção dada pelo artigo 203.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas...”

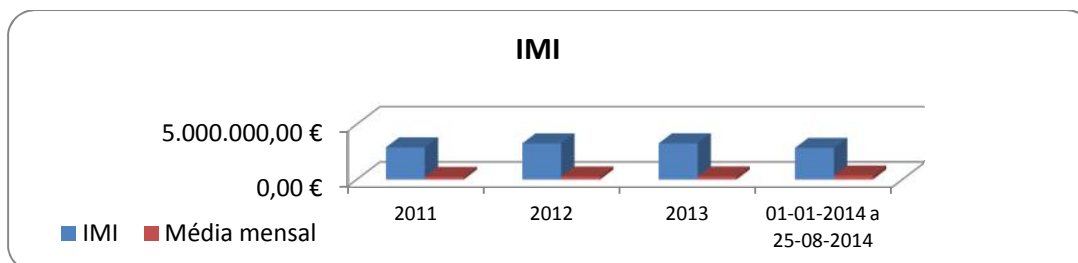
Para além da decisão social de não aumentar as taxas para coeficientes máximos, verifica-se que a execução dos primeiros oito meses do ano de 2014, no valor de € 2.864.987,42 é superior à média inscrita no PAF e superior à média da cobrança efectiva realizada nos últimos 24 meses.

Pelos diversos motivos expostos anteriormente, o valor inscrito no orçamento para 2015 é de € 3.857.129,19. Este valor coincide com o inscrito no PAF, e caso o último quadrimestre de 2014 mantenha o nível de execução dos primeiros oito meses do ano, será inferior às receitas do ano em curso.



## Evolução da Cobrança Efectiva

Impostos Directos	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
IMI – Imposto Municipal de Imóveis	2.916.292,87 €	3.273.161,24 €	3.277.295,88 €	2.864.987,42 €
Média mensal	243.024,41 €	272.763,44 €	273.107,99 €	358.123,43 €



## Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis (IMT)

Este imposto directo, apesar de municipal, é definido pelo Estado Central.

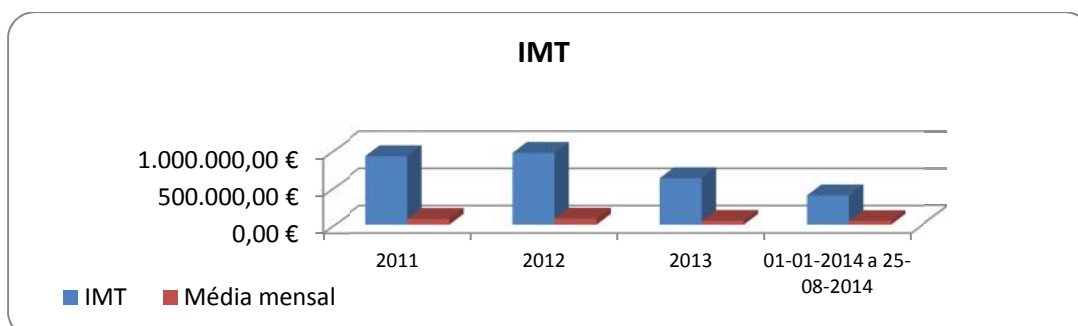
A evolução nos últimos anos tem sido de acentuada quebra, acompanhando o difícil contexto económico-financeiro que o País tem atravessado.

Face a esta tendência, contrária ao previsto no PAF, a proposta de orçamento do município para 2015, apresenta o valor estimado de € 695.735,66. O desvio face ao previsto é de € 378.843,53.

De salientar que este imposto será extinto em 2017.

## Evolução da Cobrança Efectiva

Impostos Directos	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
IMT	919.842,22 €	963.469,44 €	624.727,88 €	392.977,41 €
Média mensal	76.653,52 €	80.289,12 €	52.060,66 €	49.122,18 €



## Derrama

A cobrança do Imposto Municipal da Derrama consta do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), definido no PAEL.

Porém, permanece o executivo municipal convicto que a aplicação da derrama sobre empresas, nesta altura, não é opção. Esta isenção insere-se também na estratégia municipal de apoio ao emprego o que representa uma poupança fiscal para estas empresas, visto que dada a actual crise financeira, o volume de negócios das mesmas tem vindo a baixar substancialmente.

O sector empresarial comporta o suficiente pela não existência de verbas para investimento, pelas altas taxas aplicadas pelo Estado Central ao nível do IRC das empresas e demais impostos e contribuições.

A não aplicação deste imposto, nesta altura, é o contributo que o município pode dar, com o objectivo de não agravar a situação económico-financeira do sector empresarial regional.

Acrescente-se que o Município não tem dados que permitam auferir o prever as receitas estimadas pela aplicação deste imposto, tendo solicitado à Autoridade tributária informações que possam fundamentar em consciência a definição da derrama. Até à data, esta informação não foi fornecida.

A previsão do PAF, para 2015, era de € 37.500,00.

A isenção de aplicação da derrama foi aprovada, através da aprovação da proposta n.º 140/2014, nas reuniões do órgão executivo e deliberativos, através das deliberações n.º 168/2014 de 04/09/2014 e n.º 34/2014 de 17/09/2014, respectivamente.

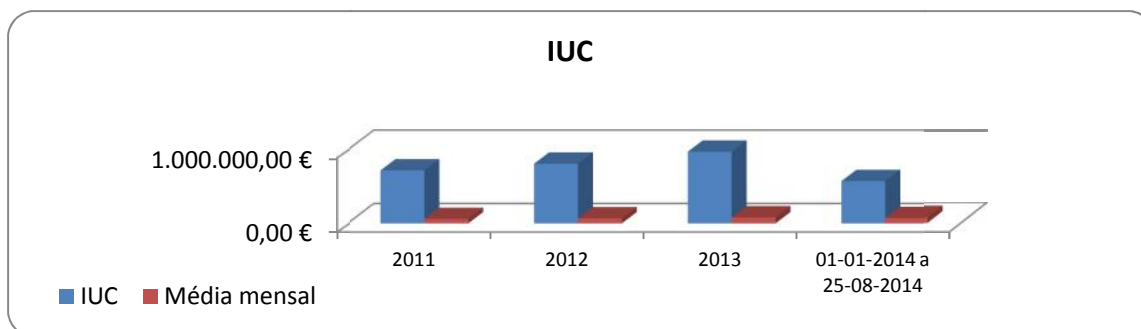
## Outros - Imposto Único de Circulação (IUC)

O valor inscrito na proposta de orçamento é de € 974.607,34, tem por base a média mensal dos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento para 2015, e é um valor superior ao valor inscrito no PAF, em € 155.837,18.

Os impostos de Contribuição Autárquica e de SISA serão abertos com valores residuais, na eventualidade da Autoridade Tributária efectuar alguma transferência.

Evolução da Cobrança efectiva

Impostos Directos	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
IUC	721.537,28 €	813.326,23 €	976.463,41 €	575.981,07 €
Média mensal	60.128,11 €	67.777,19 €	81.371,95 €	71.997,63 €



## Resumo Impostos Directos

Este capítulo engloba, de forma desagregada, os impostos directos municipais estabelecidos na Lei das Finanças Locais e demais legislação que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

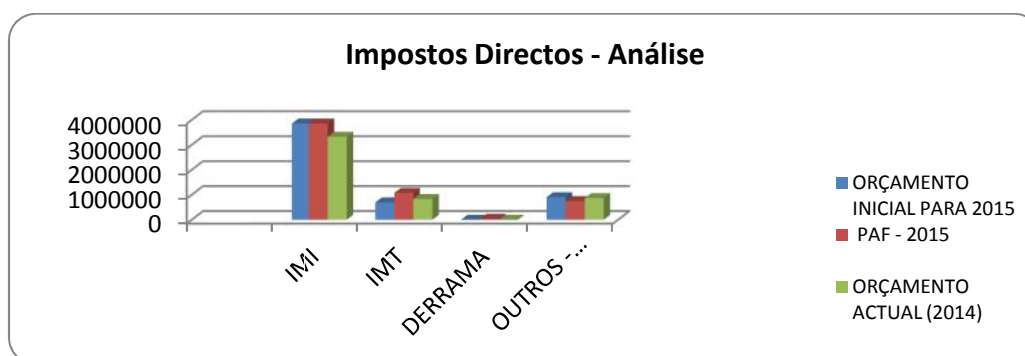
A proposta do orçamento para 2015 apresenta a previsão de arrecadação de receita com impostos directos no montante global de € 5.457.475,19, mais € 432.232,60 do que o orçamento de 2014.

Face ao previsto no PAF, a proposta de orçamento para 2015, prevê menos € 260.503,35.

Em resumo:

Descrição	ORÇAMENTO INICIAL PARA 2015	PAF - 2015	DESVIO FACE AO PREVISTO (PAF - Orçamento 2015)	ORÇAMENTO 2014	DIFERENÇA ENTRE 2015 - 2014
<b>Impostos directos</b>	<b>5.457.475,19 €</b>	<b>5.717.978,54 €</b>	<b>260.506,35 €</b>	<b>5.025.242,59 €</b>	<b>432.229,60 €</b>
010202 -IMI	3.857.129,19 €	3.857.129,19 €	0,00 €	3.324.446,52 €	532.682,67 €
010204 - IMT	695.735,66 €	1.074.579,19 €	378.843,53 €	832.950,42 €	-137.214,76 €
010205- Derrama	0,00 €	37.500,00 €	37.500,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros - (IUC; Contribuição Autárquica e SISA)	904.610,34 €	748.770,16 €	-155.837,18 €	867.845,65 €	36.761,69 €

IMPOSTOS DIRECTOS	ORÇAMENTO INICIAL PARA 2015	PAF - 2015	ORÇAMENTO 2014
IMI	3.857.129,19 €	3.857.129,19 €	3.324.446,52 €
IMT	695.735,66 €	1.074.579,19 €	832.950,42 €
DERRAMA	0,00 €	37.500,00 €	0,00 €
OUTROS - IUC	904.610,34 €	748.770,16 €	867.845,65 €
<b>TOTAL</b>	<b>5.457.475,19 €</b>	<b>5.717.978,54 €</b>	<b>5.025.242,59 €</b>



Neste capítulo dos Impostos directos, a estimativa do orçamento municipal para 2015 fica aquém do Plano de Ajustamento Financeiro em € 260.506,35, visto o IMT e a Derrama estarem abaixo da meta prevista, o IMI cumprir o estabelecido e o IUC estar acima das previsões constantes no PAF.

## Impostos Indirectos

O classificador económico aplicado ao POCAL define como impostos indirectos as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção a venda, a compra ou a utilização de bens ou serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.

O PAF previa a elaboração do orçamento com o valor de € 1.216.544,63.

A proposta do orçamento municipal para 2015 deste capítulo inscreve o valor de € 1.363.859,15. Este valor corresponde à estimativa baseada na arrecadação efectiva dos 24 meses precedentes à elaboração do orçamento, acrescido do valor correspondente à Taxa Municipal de Protecção Civil que deverá entrar em vigor no decurso do último trimestre de 2014 .

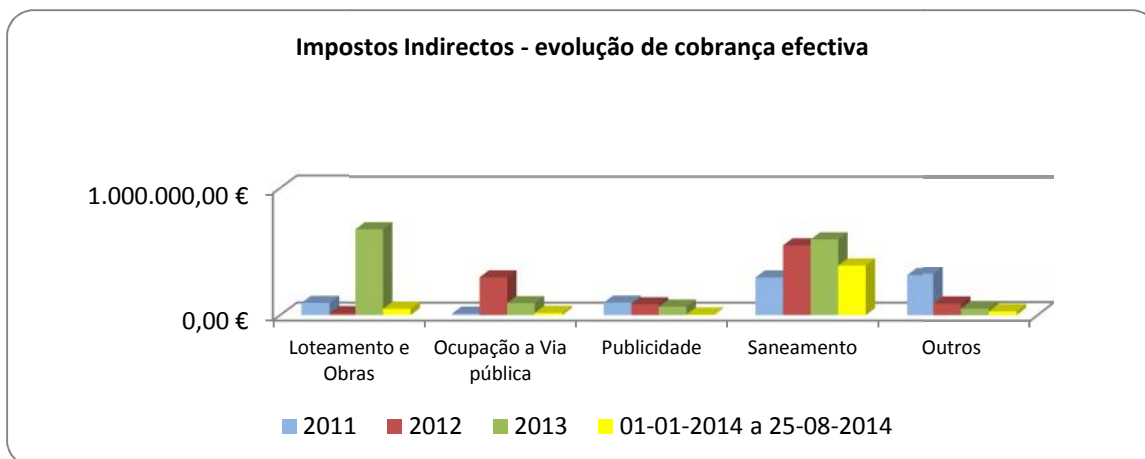
Esta taxa municipal implicará, por contrato de água ou imóvel urbano / rústico / misto, o valor mensal de € 0,82 a pessoas singulares € 1,52 a empresas. A previsão mensal desta receita é de € 15.746,97. Anualmente, estima-se que esta receita representará a cobrança de € 188.0863,00.

O órgão executivo e o órgão deliberativo, aprovaram, através da deliberação n.º 167/2014 e 33/2014, a proposta n.º 139/2014 referente à fixação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2015.

Este capítulo apresenta, como média mensal actual, e tendo referência aos primeiros oito meses do ano, o valor de € 61.474,54 euros e é a mais baixa desde 2011.

Evolução da Cobrança efectiva - principais rubricas dos impostos indirectos

<b>Impostos Indirectos</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>01-01-2014 a 25-08-2014</b>
Loteamento e Obras	95.351,93 €	14.698,00 €	678.269,35 €	49.482,06 €
Ocupação a Via pública	11.595,52 €	297.911,68 €	94.199,00 €	17.125,64 €
Publicidade	98.581,65 €	84.795,42 €	66.933,34 €	4.512,46 €
Saneamento	297.592,23 €	550.659,20 €	597.676,44 €	391.698,90 €
Outros	315.869,13 €	86.048,35 €	48.547,08 €	28.977,25 €
<b>Total</b>	<b>818.990,46 €</b>	<b>1.034.112,65 €</b>	<b>1.485.625,21 €</b>	<b>491.796,31 €</b>
<b>Média mensal</b>	<b>68.249,21 €</b>	<b>86.176,05 €</b>	<b>123.802,10 €</b>	<b>61.474,54 €</b>



Destaque para o valor arrecadado em 2013, no subcapítulo de Loteamento e Obras, devido ao processo de licenciamento do futuro hotel do Portinho, Caniço que influencia claramente a média dos 24 meses anteriores ao mês de elaboração do orçamento.

Neste capítulo, a estimativa do orçamento municipal para 2015 supera a previsão do Plano de Ajustamento Financeiro.

## Taxas, Multas, Juros e Contraordenações

Este capítulo engloba as taxas, onde se incluem os pagamentos de particulares em contrapartida pela emissão de licenças e prestação de serviços, nos termos da lei e as multas e outras penalidades, onde se registam as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

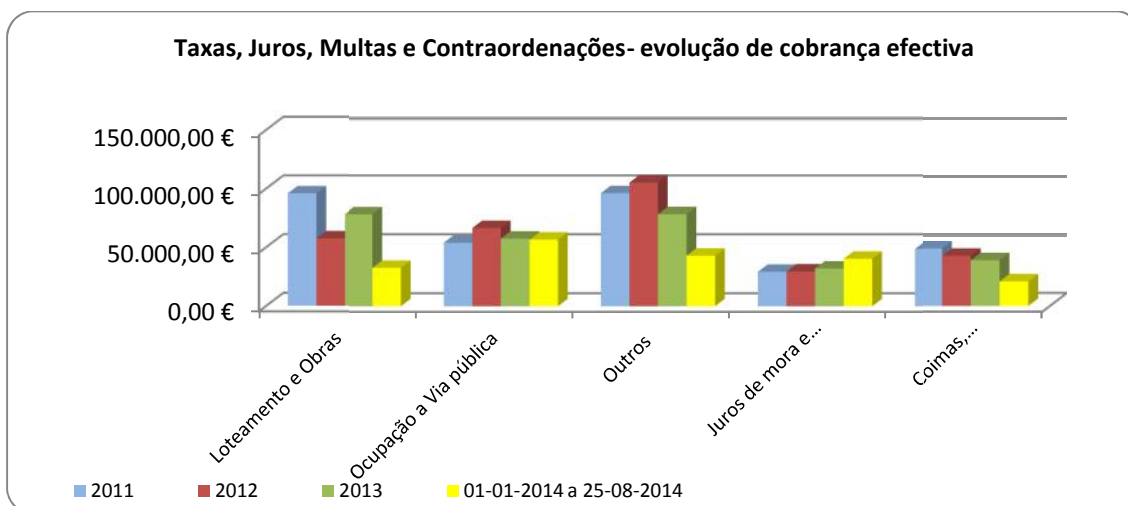
A proposta para o orçamento municipal inscreve o valor de € 284.970,66, valor abaixo do previsto no Plano de Ajustamento Financeiro do PAEL, que previa o montante de € 348.260,35.

Quer o subcapítulo das taxas a particulares, quer o referente a Multas, Juros e Contraordenações inscrevem valores, para 2015, inferiores ao previsto no PAF.

Em seguida, quadro com evolução da cobrança efectiva da receita deste capítulo desde 2011.

Evolução da Cobrança efectiva - principais rubricas das taxas, juros, multas, coimas e contraordenações

Taxas, Multas e Contraordenações	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
Loteamento e Obras	95.825,61 €	57.412,35 €	77.924,96 €	32.514,85 €
Ocupação a Via pública	53.869,92 €	66.369,19 €	57.401,04 €	56.557,77 €
Outros	95.961,82 €	104.940,68 €	78.125,36 €	42.916,56 €
Juros de mora e compensatórios	29.210,06 €	29.525,92 €	32.061,43 €	40.222,09 €
Coimas, contraordenações e penalidades	48.603,78 €	42.386,16 €	38.660,76 €	20.740,30 €
<b>Total</b>	<b>323.471,19 €</b>	<b>300.634,30 €</b>	<b>284.173,55 €</b>	<b>192.951,57 €</b>
<b>Média mensal</b>	<b>26.955,93 €</b>	<b>25.052,86 €</b>	<b>23.681,13 €</b>	<b>24.118,95 €</b>



Este capítulo representa a receita média mensal de 24.118,95 euros.

## Rendimentos de Propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos como direitos de autor, patentes e outros.

Este capítulo, com um peso reduzido no total do orçamento do município, contribui para a proposta de orçamento municipal para 2015, abaixo do valor inscrito no PAF, em € 16.732,31.

A proposta do orçamento municipal, baseada na média dos 24 meses antecedentes da elaboração do orçamento é de € 7.239,83, enquanto o previsto no PAF é de € 23.972,14.

## Transferências Correntes

Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.

A proposta do orçamento municipal para 2015, prevê a dotação inicial de € 6.581.725,91. O PAF tinha como inscrição o valor de € 6.583.152,70.

A proposta do orçamento do município para 2015 apresenta valores estimados inferiores ao PAF em € 1.426,79.

Esta diferença tem como base a diminuição das receitas oriundas do Orçamento de Estado para os municípios desde 2012.

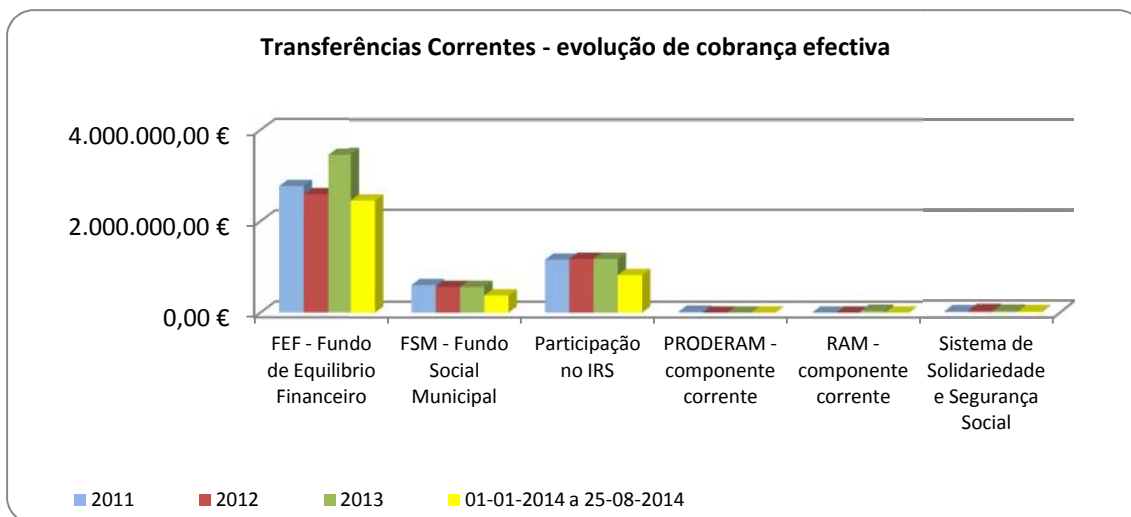
Para 2015 foi recuperada a inscrição orçamental dos montantes por transferir da participação de IRS dos anos de 2009 e 2010, de € 1.087.085,00, sem juros de mora.

Em sede de auditoria está em curso a instauração de acção judicial com o objectivo de recuperar o valor devido ao Município.

Evolução da Cobrança efectiva - principais rubricas das Transferências Correntes

Transferências Correntes	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.767.681,00 €	2.589.683,00 €	3.452.911,00 €	2.438.762,00 €
FSM - Fundo Social Municipal	598.466,00 €	560.324,00 €	560.324,00 €	373.544,00 €
Participação no IRS	1.152.219,00 €	1.169.109,00 €	1.169.109,00 €	817.192,00 €
PRODERAM - componente corrente	20.236,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RAM - componente corrente	0,00 €	0,00 €	41.000,00 €	0,00 €
Sistema de Solidariedade e Segurança Social	11.998,46 €	35.661,22 €	24.942,04 €	12.508,43 €
<b>Total</b>	<b>4.550.600,91 €</b>	<b>4.354.777,22 €</b>	<b>5.248.286,04 €</b>	<b>3.642.006,43 €</b>
<b>Média mensal</b>	<b>379.216,74 €</b>	<b>362.898,10 €</b>	<b>437.357,17 €</b>	<b>455.250,80 €</b>





Através da aprovação da proposta n.º 141/2014, os órgãos municipais deliberaram o valor de 5% relativo à participação do IRS para 2015.

A média mensal das transferências correntes é de € 455.250,80.

## Venda de bens e serviços

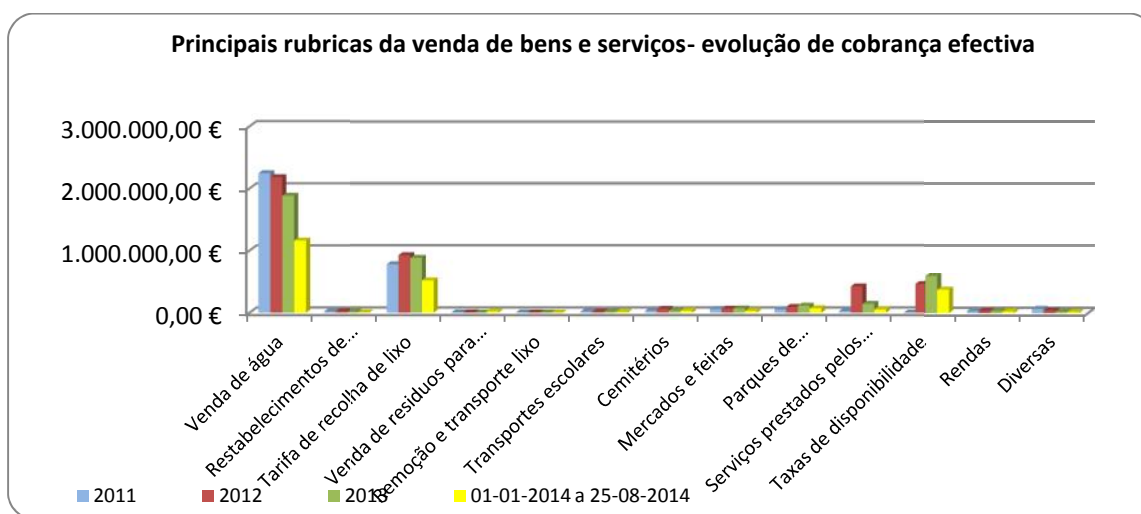
Segundo o classificador económico do POCAL e respectiva adaptação do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda, com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.

Para o capítulo da venda de bens e serviços, a proposta de orçamento para 2015, inscreve o valor de € 4.266.949,80, valor inferior ao previsto no PAF, € 4.417.560,74 e superior ao actual orçamento de 2014, que tem inscrito o montante de € 4.027.055,22.

O valor para 2015 foi calculado através da média dos recebimentos efectivos dos últimos 24 meses precedentes à elaboração do orçamento, tendo ainda em conta, na rubrica de venda de água, o aumento de 14 %, correspondente à deliberação da proposta n.º 96/2014, aprovada em reunião do órgão deliberativo de 27 de Junho de 2014.

## Evolução da Cobrança efectiva - principais rubricas da venda de bens e serviços

Venda de bens e serviços	2011	2012	2013	01-01-2014 a 25-08-2014
Venda de água	2.245.798,14 €	2.181.774,56 €	1.883.471,65 €	1.160.804,25 €
Restabelecimentos de contadores de água	18.188,54 €	25.607,01 €	16.097,88 €	5.043,90 €
Tarifa de recolha de lixo	778.765,34 €	925.134,04 €	881.932,70 €	519.305,27 €
Venda de resíduos para reciclagem	3.946,50 €	4.244,00 €	0,00 €	21.215,47 €
Remoção e transporte lixo	4.170,20 €	3.125,15 €	1.802,54 €	828,34 €
Transportes escolares	18.708,50 €	17.303,00 €	16.803,55 €	13.082,25 €
Cemitérios	31.712,51 €	60.943,19 €	35.978,15 €	32.088,91 €
Mercados e feiras	58.822,99 €	63.650,55 €	66.674,67 €	29.309,45 €
Parques de estacionamento e parquímetros	53.134,34 €	93.594,84 €	114.083,82 €	70.523,54 €
Serviços prestados pelos bombeiros	26.580,92 €	422.743,26 €	142.550,90 €	51.018,91 €
Taxas de disponibilidade	0,00 €	461.561,95 €	583.336,64 €	369.361,30 €
Rendas	31.886,97 €	34.952,75 €	33.476,99 €	26.595,65 €
Diversas	66.919,69 €	40.397,00 €	22.663,82 €	17.018,51 €
<b>Total</b>	<b>3.338.634,64 €</b>	<b>4.335.031,30 €</b>	<b>3.798.873,31 €</b>	<b>2.316.195,75 €</b>
<b>Média mensal</b>	<b>278.219,55 €</b>	<b>361.252,61 €</b>	<b>316.572,78 €</b>	<b>289.524,47 €</b>



Do quadro e mapa anterior, realça-se o seguinte facto:

A média mensal da venda de bens e serviços ao ano de 2014 é de € 289.524,47, valor inferior aos últimos dois anos;

## Outras Receitas Correntes

Neste capítulo do orçamento da receita, incluem-se as receitas não tipificadas nos capítulos anteriores.

A proposta do orçamento municipal para 2015, com base na média da receita efectiva dos últimos 24 meses, inscreve o valor de € 30.321,97, que ficaria abaixo dos valores estimados no PAF, documento que previa, para 2015, a arrecadação de € 208.640,76 de outras receitas correntes.

Porém, tal como exposto anteriormente, no capítulo respeitante ao Contexto, de modo a respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, foi incluído o valor de € 2.163.077,66 na rubrica “08.01.99.99 – Outras receitas correntes – diversas”, de modo a inscrever a totalidade da dívida, no orçamento.

O valor para 2015, fica também bastante abaixo do valor do orçamento de 2014, de € 12.401.296,99, destacando que o valor considerado no orçamento da receita de 2014 foi necessário para processar/cabimentar todas as facturas registadas patrimonialmente ou que não tinham afectação orçamental, visto o valor da dívida existente à data da elaboração do orçamento de 2014, ser bastante superior ao apuramento das médias anuais do orçamento da receita.

O orçamento de 2014, em simultâneo com a concretização dos empréstimos afectos ao PAEL e REEQUILIBRIO FINANCEIRO, vieram contribuir para a diminuição da dívida a fornecedores de curto prazo, e consolidar a dívida em 20 anos, através da transformação em dívida de médio e longo prazo, em recurso aos empréstimos do PAEL e do REEQUILIBRIO, que vieram somar aos empréstimos ainda em prazo de amortização, saneamento financeiro de 2008, Operação Activa do Tesouro e Linha de Crédito Bonificado. Todos estes empréstimos tiveram como finalidade o pagamento de dívida.

## Resumo das Receitas Correntes

Orçamento da Receita - por capítulos	Orçamento para 2015	PAF para 2015	Orçamento 2015 - PAF	
			Diferença Bruta	Diferença %
<b>Receitas correntes</b>	<b>20.155.620,17 €</b>	<b>18.516.109,86 €</b>	<b>1.639.510,31 €</b>	<b>8,85%</b>
Impostos directos	5.457.475,19 €	5.717.978,54 €	-260.503,35 €	-4,56%
Impostos indirectos	1.363.859,15 €	1.216.544,63 €	147.314,52 €	12,11%
Taxas, multas e outras penalidades	284.970,66 €	348.260,35 €	-63.289,69 €	-18,17%
Rendimentos da propriedade	7.239,83 €	23.972,14 €	-16.732,31 €	-69,80%
Transferências correntes	6.581.725,91 €	6.583.152,70 €	-1.426,79 €	-0,02%
Venda de bens e serviços correntes	4.266.949,80 €	4.417.560,74 €	-150.610,94 €	-3,41%
Outras receitas correntes	2.193.399,63 €	208.640,76 €	1.984.758,87 €	951,28%

Somente os capítulos das receitas de Impostos Indirectos e Outras Receitas Correntes apresentam valores superiores entre o orçamento inicial para 2015 e o estimado no PAF.

## Receitas de capital ou investimento: venda de bens de investimento

A venda de bens de investimento compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição, ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

O PAF considerava a venda de Edifícios no valor de € 247.212,61 durante o ano de 2013, conforme descrição do quadro seguinte, não contemplando mais nenhuma alienação de imóveis, até ao ano de 2034, ano final do Plano de Ajustamento Financeiro. Como tal, voltou-se a inscrever a alineação dos seguintes imóveis:

Identificação do bem	Ano previsto para a alienação e valor de mercado (€)
	2013
Prédio Urbano, matriz n.º 2434, Freguesia de Santa Cruz, “Escola das Levadas”;	104.747,55
Prédio Urbano, matriz n.º 3032, na Freguesia de Santa Cruz, “Pão com Chouriço”;	20.949,53
Prédio Urbano com matriz n.º 1132, na Freguesia de Gaula, “Serragem”;	10.657,72
Prédio Urbano com matriz n.º 1285, na Freguesia de Gaula, “Escola da Fazenda”;	110.857,81

Para 2015, o executivo municipal em regime de permanência estima:

- A venda de sucata no valor de € 825,00;
- A alienação dos terrenos municipais situados no Parque Industrial da Cancela no valor de € 2.100.000,00, cujo processo de alienação encontra-se em instrução à data de elaboração do orçamento;
- A concretização de procedimentos que conduzam à alienação de terrenos municipais (legalização dos direitos de superfície) situados no Parque Industrial da Cancela, sob os quais estão construídos armazéns, pavilhões de empresas, no valor estimado de € 1.000.000,00. A efectivação destes procedimentos deverá permitir ainda a arrecadação de impostos não cobrados actualmente;
- Porém, tal como exposto anteriormente, no capítulo respeitante ao Contexto, de modo a respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, foi incluído o valor de € 1.325.541,50 na rubrica “09.01.07 – Receitas de capital – venda de terrenos”, de modo a inscrever a totalidade da dívida de capital no orçamento.

## **Receitas de capital ou investimento: transferências de capital**

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

O PAF estimava para 2015 o valor de € 1.727.429,00 valor exclusivamente adstrito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, componente de capital do Orçamento de Estado. Porém, este valor foi apurado numa conjuntura em que a Lei do Orçamento de Estado de 2011 e 2012 ainda previa valores superiores aos actuais. O Governo Central, para além da diminuição dos valores totais a transferir para a Autarquia, face à situação de desequilíbrio financeiro estrutural e de ruptura financeira do Município, alterou o valor da componente do FEF, de capital, para evitar novos investimentos e contribuir para pagamento de dívida existente.

Para além do FEF, o orçamento inicial de 2015, contempla somente a receita consignada ao contrato programa em vigor à data de elaboração do orçamento relativo à Construção da terceira fase do Cemitério do Caniço.

O orçamento para 2015 estima as receitas de transferências de capital em € 693.324,81.

## **Receitas de capital ou investimento: passivos financeiros**

Como Passivos Financeiros consideram-se as receitas provenientes de empréstimos contraídos, a curto e médio prazo.

O orçamento inicial de 2015 contempla, neste capítulo, os valores correspondentes à terceira e última tranche do empréstimo do PAEL, no valor de € 3.369.773,23 e os valores parciais dos empréstimos do reequilíbrio financeiro, celebrados com o BANIF, S.A., no valor de € 1.774.825,34.

À data de elaboração do orçamento, os serviços financeiros encontram-se a justificar a utilização dos valores, facturas e pagamentos da segunda tranche.

A utilização da terceira tranche e do remanescente dos empréstimos do REEQUILIBRIO FINANCEIRO, está dependente, dos procedimentos resultantes da auditoria e de eventual pronúncia dos órgãos municipais, visto na generalidade, as facturas por pagar inscritas nos

empréstimos, serem respeitantes a trabalhos de construção civil realizados à margem de procedimentos de contratação pública e do respectivo Código da Contratação Pública e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

O PAF previa a utilização única e integral dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO em anos anteriores, pelo que não apresenta valores para 2015.

Dos mapas do orçamento faz parte o mapa de empréstimos.

## Resumo das Receitas de capital

Orçamento da Receita - por capítulos	Orçamento para 2015	PAF para 2015	Orçamento 2015 - PAF	
			Diferença Bruta	Diferença %
<b>Receitas capital</b>	<b>10.515.778,46 €</b>	<b>1.732.279,60 €</b>	<b>8.783.498,86 €</b>	<b>507,05%</b>
Venda de bens de Investimento	4.673.580,11 €	0,00 €	4.673.580,11 €	100,00%
Transferências de Capital	693.324,81 €	1.727.429,00 €	-1.034.104,19 €	-59,86%
Passivos Financeiros	5.144.598,57 €	0,00 €	5.144.598,57 €	100,00%
Outras Receitas de Capital	4.274,97 €	4.850,60 €	-575,63 €	-11,87%

Para 2015, os capítulos de venda de bens de investimento e dos passivos financeiros apresentam valores, superiores ao PAF, conforme exposto anteriormente.

## Despesas Correntes

### Despesas com Pessoal

O Orçamento para 2015 estima uma redução na ordem dos 1,04 %, menos € 68.928,39 do que o Orçamento de 2014.

O Orçamento para 2014, considerou uma redução de despesas face a 2013 de 4,38 %.

DESPESAS COM PESSOAL	ORÇAMENTO 2015	PAF 2015 - ORÇAMENTO DESPESA	ORÇAMENTO 2014	VARIÇÃO ORÇAMENTO 2015 / PAF		VARIÇÃO ORÇAMENTO 2015 / 2014	
				Valor	%	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	4.792.086,00 €	4.842.428,62 €	4.897.328,48 €	-50.342,62	-1,04%	-105.242,48 €	-2,15%
Abonos variáveis ou eventuais	368.383,00 €	553.302,82 €	431.772,00 €	-184.919,82	-33,42%	-63.389,00 €	-14,68%
Segurança social	1.409.323,00 €	930.688,95 €	1.309.619,91 €	478.634,05	51,43%	99.703,09 €	7,61%
<b>Total das despesas com Pessoal</b>	<b>6.569.792,00 €</b>	<b>6.326.420,39 €</b>	<b>6.638.720,39 €</b>	<b>243.371,61</b>	<b>3,85%</b>	<b>-68.928,39 €</b>	<b>-1,04%</b>

A evolução das despesas com pessoal acompanha as imposições legais, desde os cortes nos abonos certos e permanentes, bem como, a imprevisibilidade do pagamento de subsídio de férias e de natal, do aumento da percentagem dos descontos a suportar pela entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e aumento e imprevisibilidade dos diversos encargos com a saúde.

A imprevisibilidade das medidas impostas pelo Orçamento de Estado desde 2011 a 2014 tendem a subverter a análise das despesas com pessoal. A redução dos abonos variáveis ou eventuais e a diminuição das remunerações certas e permanentes tem-se verificado, ao contrário do acentuadíssimo aumento das despesas com Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações que decorrem das Leis do Orçamento de Estado. Facto interno e concreto é a redução do número de pessoal ao serviço, desde a entrada em vigor do PAF e do Plano de Saneamento Financeiro de 2008.



## Principais indicadores da caracterização de Recursos Humanos

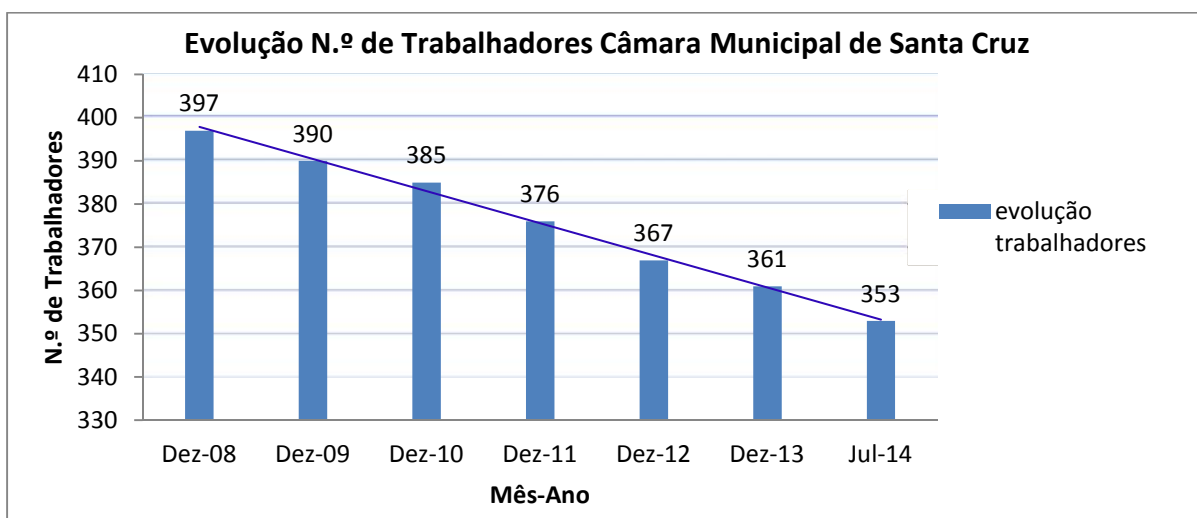
Em seguida apresentam-se os principais indicadores de caracterização dos Recursos Humanos, produzido pela Secção Orgânica correspondente, agradecendo a colaboração e os dados fornecidos.

Os indicadores demonstram, para além da diminuição do número de efectivos, as principais características dos recursos humanos que participam activamente no dia-a-dia do Município.

### Evolução n.º de trabalhadores na Câmara Municipal de Santa Cruz

Atendendo à informação exposta no gráfico é possível concluir que os recursos humanos dos serviços municipais têm vindo a decrescer.

Constata-se uma diminuição líquida de 11,08%, com percentagens de decréscimo semelhantes nos 7 anos em questão.

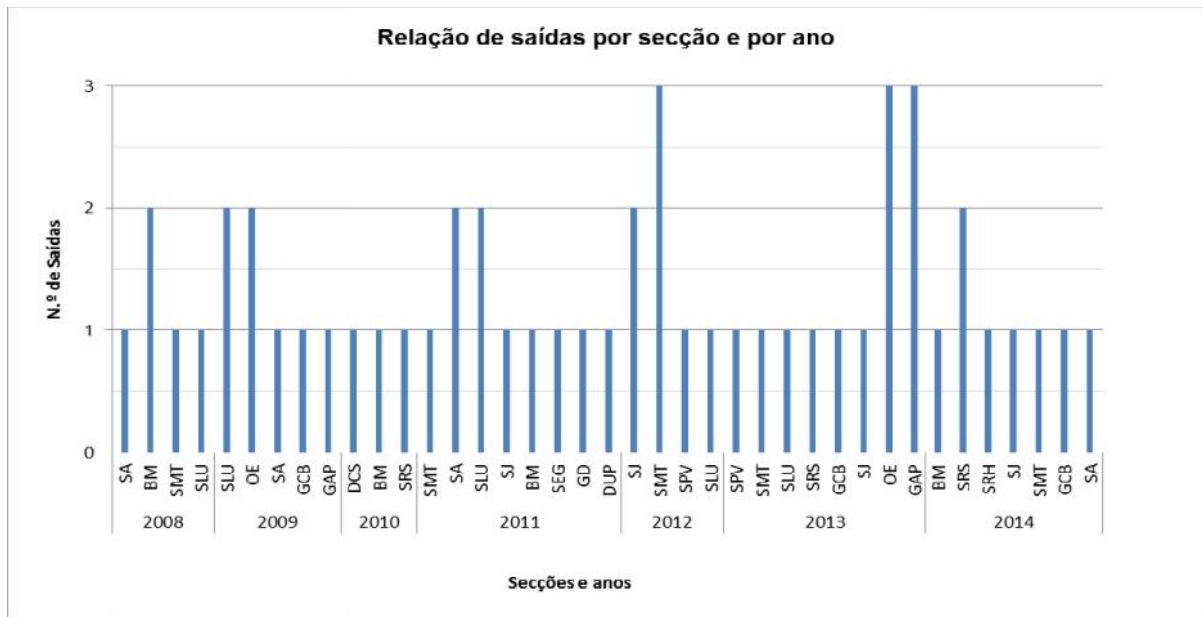


### Relação de saídas por secção e por ano

Como podemos apurar, o ano de 2013 foi quando ocorreram mais saídas, com 12 saídas, até pelo facto de ter ditado o fim do mandato do órgão executivo, seguindo-se o ano 2011, com 10 saídas.

As secções mais afetadas pelas saídas foram, a Secção de Manutenção e Trânsito e a Secção de Limpeza Urbana, ambas com 7 saídas desde 2008, seguidas das Secções de Águas, Jardins e ainda

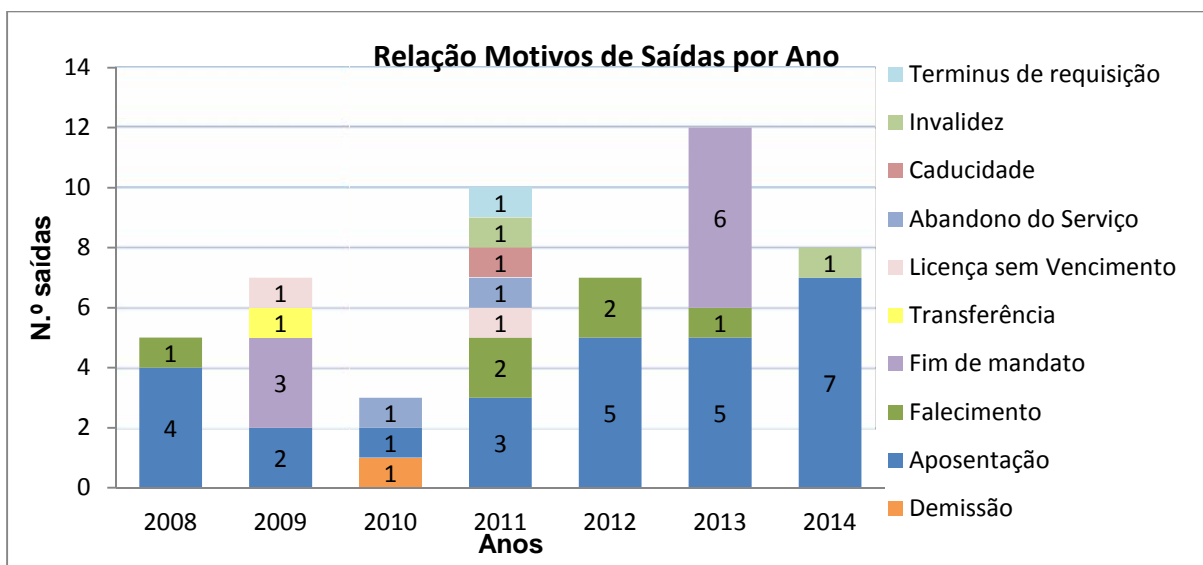
os Bombeiros Municipais com 5 saídas.



### Relação de motivos das saídas por ano

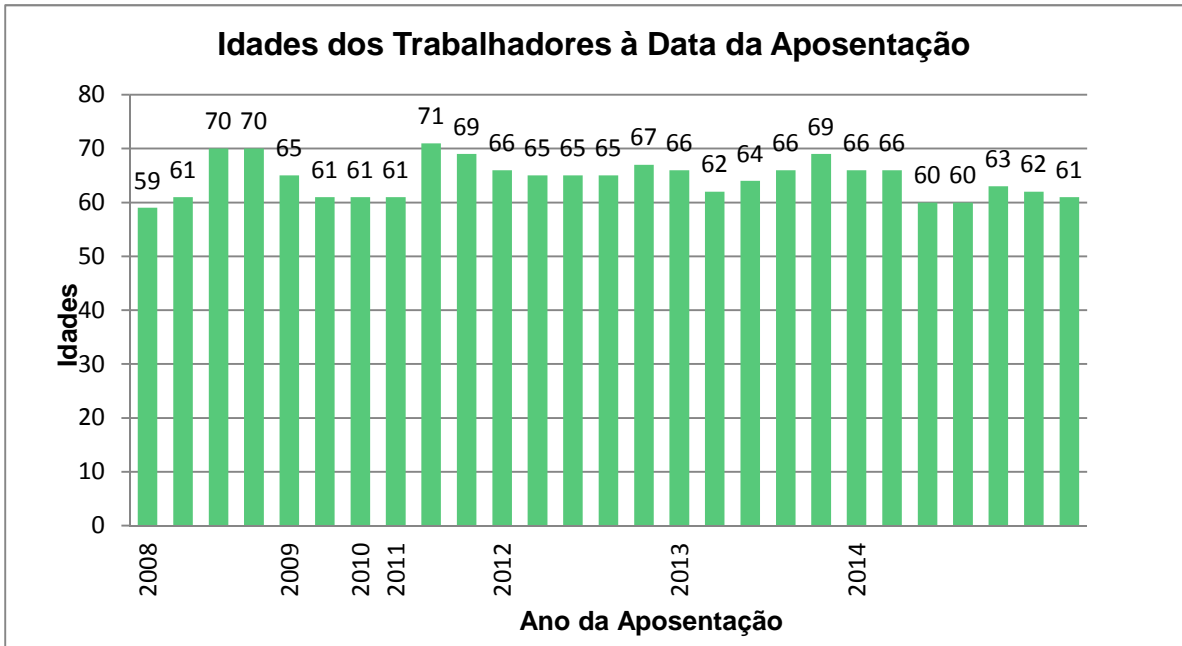
Averiguando o gráfico em questão, é possível apurar de que a maior razão para a saída dos trabalhadores, é por aposentação, seguido-se do fim dos mandatos em 2009 e 2013 e ainda falecimentos cujos resultaram em 6 saídas em 2013.

Das 52 saídas contabilizadas no gráfico, concluímos que o número tem sido crescente, desde 2008 até julho de 2014.



### Idade dos trabalhadores à data da aposentação

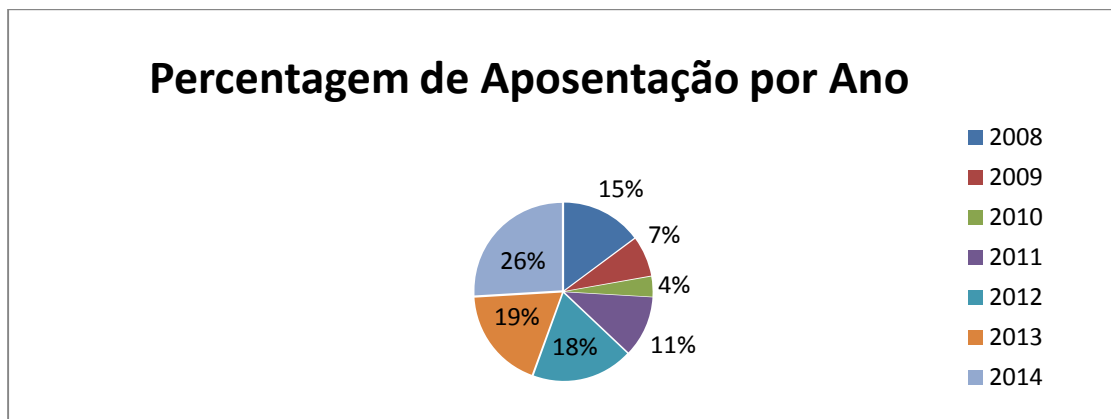
No somatório dos anos, constatamos que as aposentações têm sucedido quando os trabalhadores têm no mínimo 60 anos. Desde 2008, somente um funcionário aposentou-se com menos de 60 anos.



### Percentagem de aposentações por ano

Desde 2011 tem havido um crescente número de aposentações.

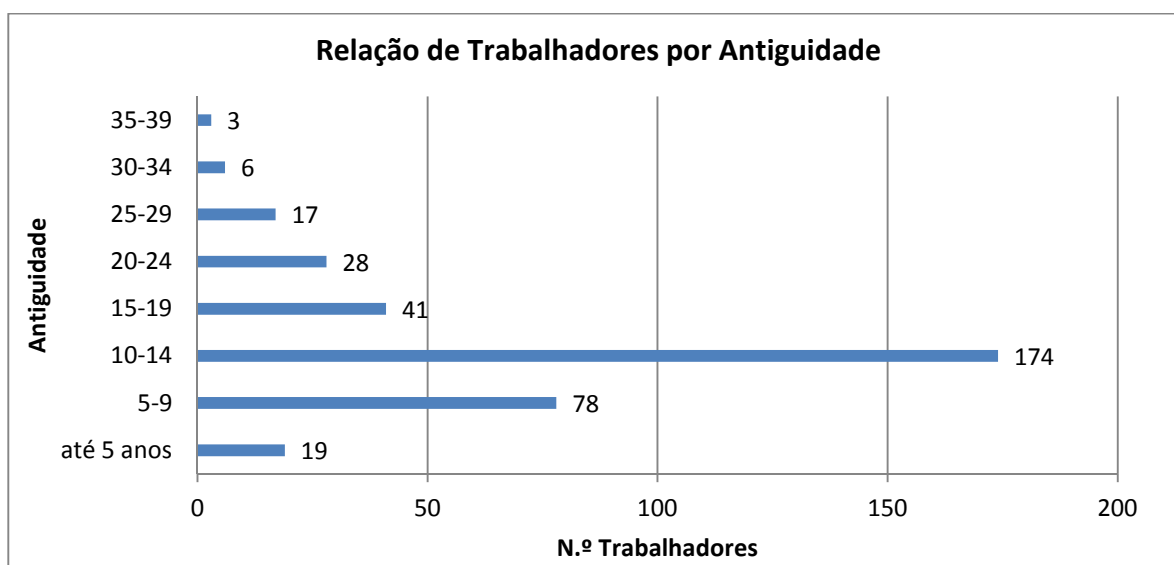
Em 2014 foi o ano com maior expressividade a nível de aposentações, representando 25% das mesmas, desde o ano 2008. Reforça-se que estes dados são reais pelo que refletem a situação até julho de 2014.



## Relação de trabalhadores por antiguidade

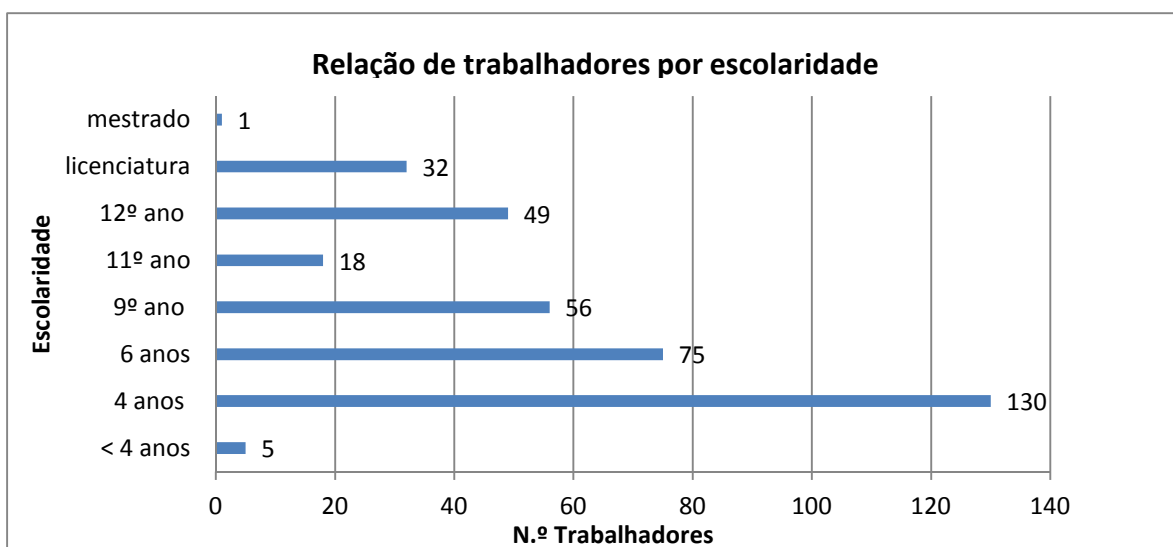
O nível médio de antiguidade situa-se entre os 10 aos 14 anos, estando abarcados 174 trabalhadores. A título de curiosidade, este número é composto por 137 homens e 37 mulheres, sendo que os assistentes operacionais e os bombeiros municipais combinam 128 trabalhadores.

Carreira/antiguidade	até 5 anos			5-9			10-14			15-19			20-24			25-29			30-34			35-39			Total
	H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		
Orgão executivo	3	1	4			0			0			0			0			0			0			0	4
Dirigente intermédio de 2º grau			0	1		1		1	1		1	1			0			0			0			0	3
Técnico Superior		1	1	5	8	13	6	4	10			0			0			0			0			0	24
Assistente Técnico	1		1	6	12	18	14	19	33	1	3	4	1	1	2	1	5	6			0			0	64
Assistente Operacional	7	6	13	37	6	43	65	13	78	19	16	35	16	5	21	5	2	7	6		6	3		3	206
Informático			0	1		1	2		2			0	1		1	1		1			0			0	5
Bombeiro			0	2		2	50		50	1		1	4		4	3		3			0			0	60
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>52</b>	<b>26</b>	<b>78</b>	<b>137</b>	<b>37</b>	<b>174</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>41</b>	<b>22</b>	<b>6</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>366</b>



## Relação de trabalhadores por escolaridade

Da análise à relação de trabalhadores por escolaridade, evidencia-se um menor número de trabalhadores com formação superior, nomeadamente 24, representando cerca de 6,4% do total. Podemos também identificar de que a maior parte dos serviços é composto por pessoal com menor escolaridade, até ao 4º ano, o que prefaz um total de 135 dos trabalhadores do município ou 36,10%.

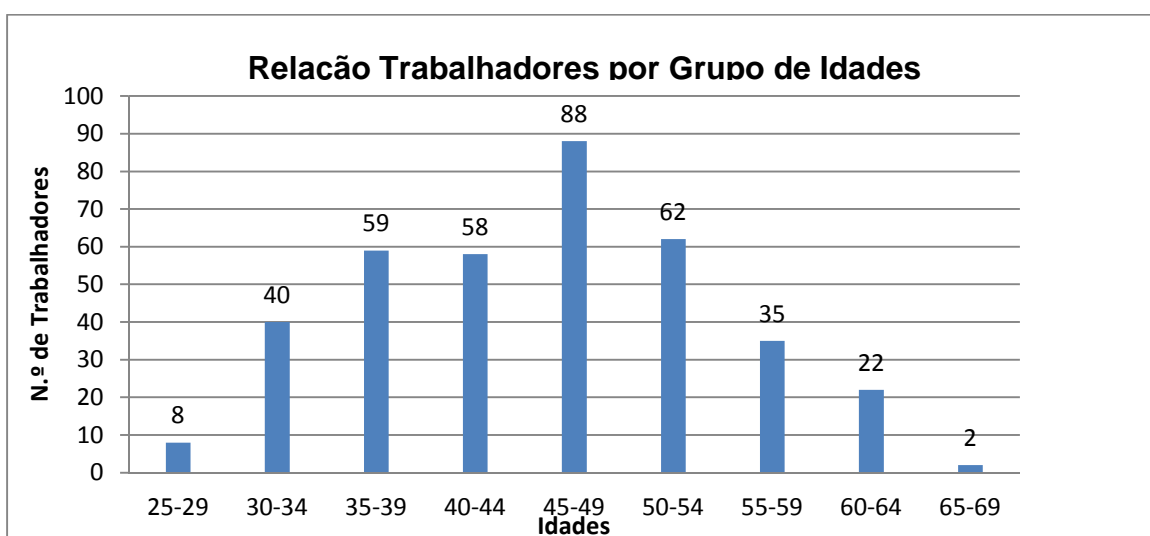


### Relação de trabalhadores por escalão etário

Conforme evidenciado no gráfico, o grupo etário com o maior número de trabalhadores ao serviço do município de Santa Cruz é a classe modal dos 45 aos 49 anos, com 88 trabalhadores, logo 23,53% do total.

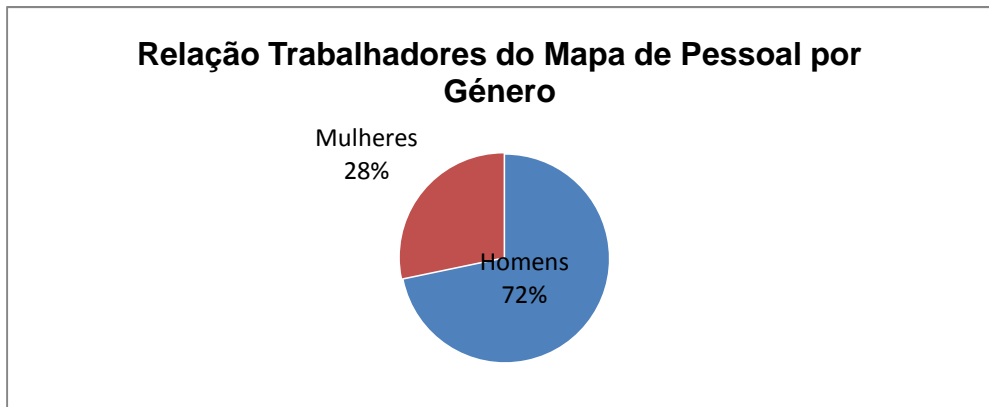
Os escalões com menor número de trabalhadores localizam-se nos escalões etários até aos 30 anos e dos 60 aos 69 anos.

A taxa de envelhecimento, ou o somatório dos trabalhadores de idade igual ou superior a 55 anos situa-se nos 59 trabalhadores ou, ou seja conclui-se que em cada 100 trabalhadores há, em média 15,8 com mais de 55 anos.



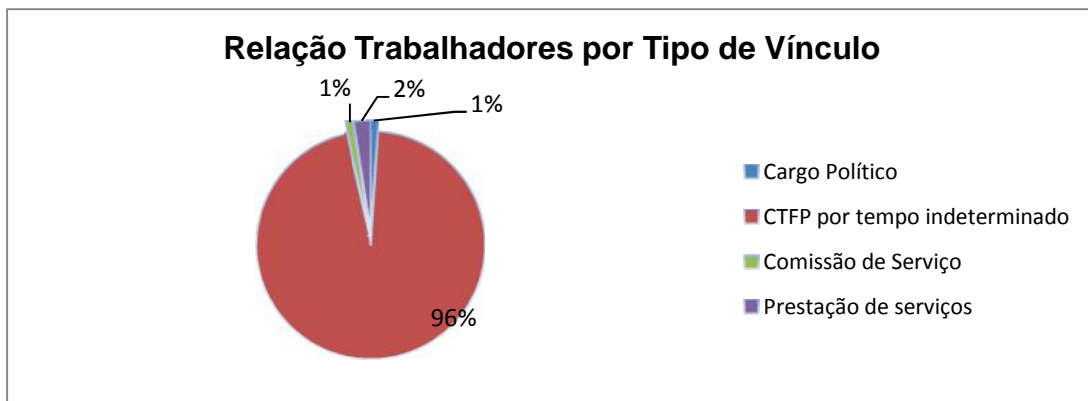
### Relação trabalhadores do mapa de pessoal por género

A 31 de dezembro de 2013 exerciam funções no município 374 trabalhadores, incluindo todos os indivíduos, nomeadamente com contrato de trabalho em funções públicas, órgão executivo, prestadores de serviço e comissão de serviço. O género masculino faz-se representar com números mais expressivos, 266 homens e 107 mulheres.



### Relação trabalhadores por tipo de vínculo

Como o gráfico retrata, os indivíduos com contrato de trabalho em funções públicas representam 96% da população trabalhadora, enquanto os cargos políticos, comissão de serviço, prestações de serviços e os indivíduos a contrato de trabalho por tempo indeterminado representam somente 4% do grupo.



## Trabalhadores municipais

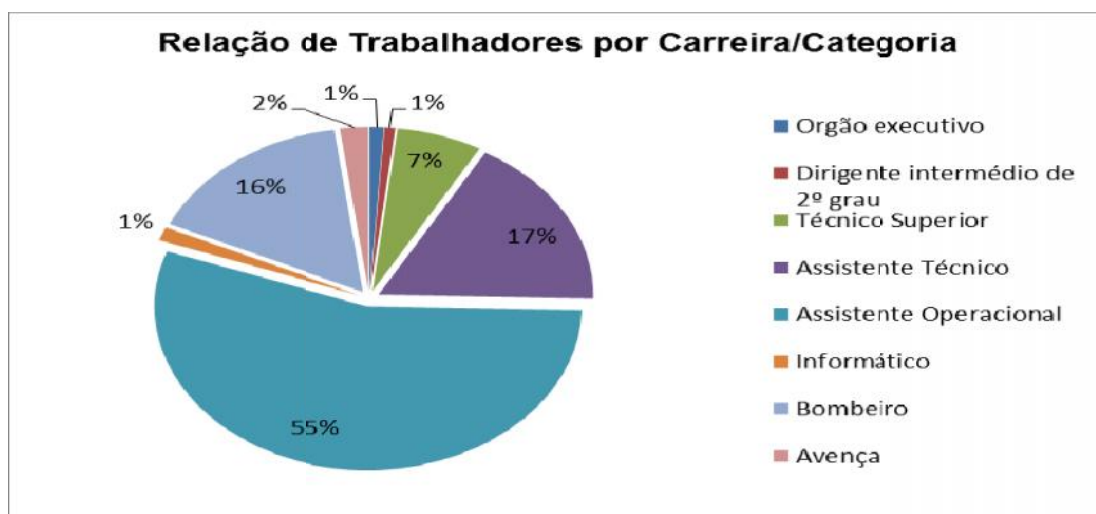
O número de trabalhadores afetos ao Município de Santa Cruz em dezembro de 2013 era de 374, incluindo 4 membros do órgão executivo, 8 trabalhadores em regime de prestação de serviços e 4 em comissão de serviço, 3 dos quais em funções de chefes de divisão e 1 a exercer funções políticas no gabinete de apoio à presidência.

Carreira/Vínculo	Cargo Político			CTFP por tempo indeterminado			Comissão de Serviço LVCR			Prestação de serviços			Total
	H	M	total	H	M	total	H	M	total	H	M	total	
Órgão executivo	3	1	4			0			0			0	4
Dirigente intermédio de 2º grau			0			0	1	2	3			0	3
Técnico Superior			0	11	12	23		1	1			0	24
Assistente Técnico			0	24	40	64			0			0	64
Assistente Operacional			0	158	48	206			0			0	206
Informático			0	5		5			0			0	5
Bombeiro			0	60		60			0			0	60
Avença			0			0			0	4	4	8	8
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>258</b>	<b>100</b>	<b>358</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>374</b>

## Relação de trabalhadores por carreira/categoria

As carreiras gerais representam 79% dos indivíduos ao serviço do município, tendo 206 assistentes operacionais, 64 assistente técnicos e 24 técnicos superiores.

Os dirigentes intermédios representam 1% dos funcionários, com a representação de 3 indivíduos e o grupo informático, composto por 5 indivíduos com uma percentagem de 1%.



## Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

O maior peso deste capítulo diz respeito às despesas de fornecimento contínuo, como a compra de água, combustível, electricidade, tratamento e depósito de resíduos, manutenção e aluguer operacional de viaturas, transportes escolares e arrendamentos.

A maioria destas despesas não dependerá de conduta exclusiva da câmara, como a gestão do sector das águas, resíduos e electricidade, implicando, para além da reestruturação interna dos serviços, uma acção concertada com entidades externas, bem como, a necessidade de investimento de manutenção e controlo de informação das diversas redes e infraestruturas.

O Orçamento para 2015 apresenta uma acentuada diminuição do orçamento da despesa, no que toca à aquisição de bens. Em 2014, o orçamento contempla a despesa de 7,8 milhões de euros. Em 2015, o valor previsto é de € 4.083.574,59, menos 3,7 milhões de euros.

Face ao plano de ajustamento financeiro, o valor do orçamento de 2015 está acima do previsto, em 23,6%, ou 781.779,38 euros.

Quanto à aquisição de serviços, o orçamento para 2015 apresenta o valor de € 5.556.807,89, montante inferior ao orçamentado no mesmo capítulo no ano em curso em 4,9 milhões de euros.

Face ao PAF, o orçamento de 2015 apresenta um excesso de € 366.858,15.

O valor da dívida por pagar e a não utilização integral dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO ainda influencia os valores a orçamentar.



## Juros e Outros Encargos

Incluem-se neste capítulo as despesas de juros decorrentes da execução de empréstimos e estimativa juros decorrentes do não pagamento dentro dos prazos de pagamentos legais e/ou definidos em legislação específica.

A previsão do pagamento de juros para empréstimos é de € 771.856,00.

Para 2015, ainda neste capítulo foi prevista uma dotação orçamental de € 5.099.216,00 para o registo e processamento de juros de mora.

A situação de ruptura financeira, o valor da dívida, o desfasamento temporal entre a candidatura ao PAEL e a sua aprovação, e a não utilização integral dos empréstimos são motivos que conduziram ao valor de juros de mora inscrito para 2015.

## Transferências Correntes, Subsídios e Outras Despesas Correntes

De entre as restantes despesas correntes, é de salientar:

- A orçamentação dos contratos interadministrativos e respectivos acordos de execução celebrados com as Freguesias do Concelho, no valor anual de € 125.000,00, tendo por base o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, mediante aprovação da proposta n.º 37/2014, pelo órgão executivo, através da deliberação n.º 61 de 17/04 e pelo órgão deliberativo, a 29/04/2014, através da deliberação n.º 16/2014. Estes contratos têm prazo de execução coincidente com o mandato em curso.
- A orçamentação do Fundo de Emergência Social, componente corrente, através do apoio para famílias carenciadas, no valor de € 135.500,00;
- As transferências/subsídios para escolas sob a responsabilidade do Município, no valor estimado de € 50.000,00;

## Aquisição de bens de capital – despesas de investimento

O Plano de Ajustamento Financeiro apresenta o valor para 2015 de despesas com Investimento de € 1.727.429.

O orçamento para 2015, apresenta como novos projectos de investimento:

- Actualização de sistema biométrico – hardware/software: € 9.999,00
- Execução de rede de água potável nas Eiras/Figuerinhas, Camacha: € 150.000,00
- Substituição da Cobertura do Quartel dos Bombeiros Municipais de Santa Cruz: € 45.652,00;
- Aquisição de rede informática estruturada: € 100.000,00
- Fornecimento e aplicação de betuminoso: € 10.000,00;
- Repavimentação do Caminho da Relação, Santa Cruz: € 52.500,00;
- Repavimentação do Caminho da Ribeira do Eixo, Santa Cruz: € 42.000,00;

Os novos projectos representam o valor total de € 410.151,00.

O valor global deste capítulo é de € 4.197.162,03.

Com excepção do valor de € 284.018,71 que corresponde ao procedimento de concurso da Construção da 3.ª fase do Cemitério do Caniço que deverá ser utilizado totalmente até ao fim do ano de 2014, e por consequência retirado do orçamento de 2015, em sede de revisão orçamental), o orçamento de 2015, ainda apresenta a dívida e as facturas por pagar, como maior factor da dotação orçamental apresentada.

Realça-se que, do valor correspondente a facturas por pagar, a maioria, à data da elaboração do orçamento, estão integradas no processo de auditoria de gestão aos anteriores mandatos.

Em resumo:

- Total do capítulo 07 – Aquisição de bens de capital: € 4.197.162,03;
- Novos projectos: € 410.151,00, (e que correspondem a 9,77% do valor orçamentado);
- Construção da 3.ª fase do Cemitério do Caniço: € 284.018,71 (com previsão de conclusão até 31/12/2014);
- Dívida orçamentada: € 3.502.992,32.

- De referir que:

Os seguintes caminhos agrícolas: Caminho agrícola da Cruz-Morena - Santo da Serra; Caminho agrícola Eiras Velhas – Boqueirão; Caminho agrícola da Igreja do Rochão a Ponte do Pau, Camacha e Caminho agrícola do Norte, Camacha, no valor global de € 3.597.945,07, apesar de possuírem contratos de financiamento de Fundos Europeus, foram recalendarizados para anos posteriores a 2015, face à ausência de Fundos Disponíveis positivos, à situação de ruptura financeira, à grandeza dos valores envolvidos e ao reconhecimento da existência de outras prioridades. De referir que o financiamento assegurado é inferior a 100%.

Destes processos há ainda de destacar:

1. A dificuldade de obtenção de compromisso para a prorrogação do prazo dos contratos de financiamento para anos seguintes;
2. A falta de documentação relativa à disponibilização de terrenos e definição de expropriações.

São inscritos no Plano Plurianual de Investimento de 2015, sem financiamento definido, os seguintes projectos:

- Execução de rede de água potável na Estrada do Aeroporto, Caniço, com valor estimado € 246.309,00;
- Execução de rede de água potável no Ribeiro Serrão, Camacha, com valor estimado de € 130.000,00;
- Aquisição de Datacenter, no valor estimado de € 100.000,00.
- Redimensionamento da estação elevatória dos Reis Magos e Ponte da Oliveira, Caniço: € 126.000,00;
- Repavimentação da Rua Maria Ascensão, Camacha: € 77.217,00;
- Repavimentação da estrada Ponte da Oliveira, Caniço: € 42.891,45;
- Repavimentação da Rua 25 de Junho, Santa Cruz: € 76.650,00.

## Transferências de Capital

O valor inscrito para 2015, apesar de não estar previsto no Plano de Ajustamento Financeiro, elaborado em 2012, tem a finalidade de apoiar, ao nível da reconstrução e requalificação de habitações próprias permanentes, de famílias carenciadas.

## Activos Financeiros

Este capítulo, nos anos anteriores, contemplava somente os valores das quotas que o Município suportava com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira.

Porém, face à situação financeira dos Municípios portugueses, e quiçá do Estado Central, foi o Município de Santa Cruz informado, que terá de comparticipar no capital social do novo Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de € 1.001.866,08, apesar de não ter intenções de participar na sua utilização, de modo a não ter de aplicar um terceiro plano de austeridade para com os munícipes e empresas do concelho.

Este montante será pago em sete anos, no valor anual de € 143.124,00.

Não podemos deixar de referir, que o valor da comparticipação para 2015 representa cerca de 35% do valor nos novos projectos de investimento inscritos para 2015.

## Despesas com Passivos Financeiros

A estimativa de pagamentos relativos a amortização de capital dos diferentes empréstimos, pela incorporação dos empréstimos do PAEL e do REEQUILIBRIO FINANCEIRO e pela alteração residual dos planos de pagamento dos empréstimos pelas instituições financeiras, vem alterar os pressupostos elaborados em 2012 em € 37.787,00.

O total previsto para pagamento de despesas com amortização de empréstimos é de € 2.505.242,00.

## Outras Despesas de Capital

Este capítulo, por natureza, residual, apresenta para 2015, o valor de € 1.139.313,12, correspondente a diversas acções judiciais, cujas facturas foram devolvidas, no respeito pela Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e que também se encontram pendentes da resolução da auditoria de gestão.

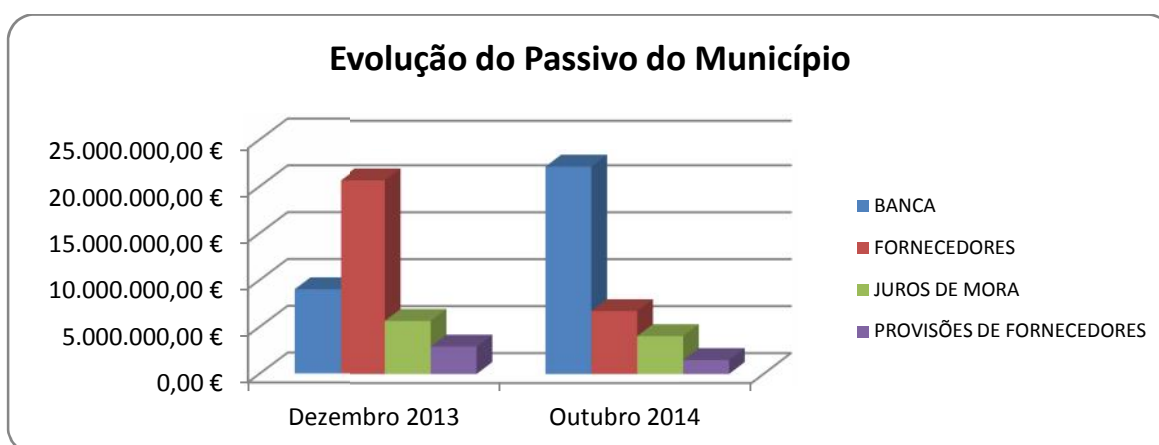
## Principais indicadores da situação financeira

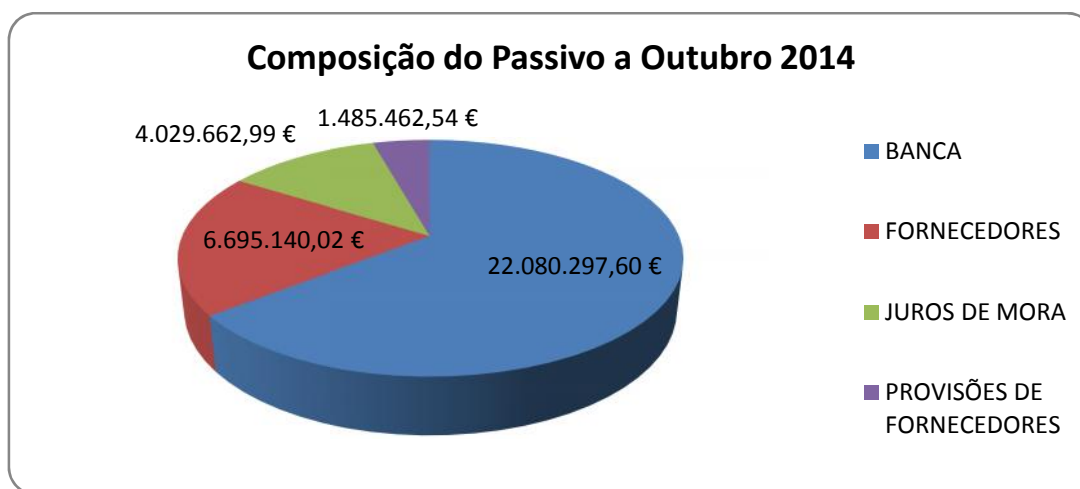
### Situação do Passivo

O valor total do Passivo do Município, à data da redação final do orçamento para 2015 (10 de Outubro), é de 34,2 milhões de euros. Menos 10,17 % do que os valores apurados em 31/12/2013, na ordem dos 38,1 milhões de euros.

Sendo o valor do passivo e da dívida, um indicador evolutivo dia para dia e de grande imprevisibilidade face à situação de ruptura financeira, e tendo presente que a auditoria permanece em curso, e que das instâncias tutelares, o município ainda não recebeu instruções conclusivas dos procedimentos a adoptar, verificamos que, à data de elaboração do orçamento o passivo é constituído pelos seguintes valores:

<b>VALOR DO PASSIVO</b>	<b>31-12-2013</b>	<b>10-10-2014</b>	<b>VARIAÇÃO 2014 / 2013 (%)</b>
BANCA	8.992.452,00 €	22.080.297,60 €	145,54%
FORNECEDORES	20.616.654,89 €	6.695.140,02 €	-67,53%
JUROS DE MORA	5.646.056,82 €	4.029.662,99 €	-28,63%
PROVISÕES DE FORNECEDORES	2.916.314,00 €	1.485.462,54 €	-49,06%
<b>TOTAL</b>	<b>38.171.477,71 €</b>	<b>34.290.563,15 €</b>	<b>-10,17%</b>





Para além da diminuição do total do Passivo em cerca de 3,8 milhões de euros, verifica-se a alteração da composição da dívida, com a diminuição do valor da dívida a fornecedores e consequente aumento da dívida a instituições bancárias, motivada pela utilização dos empréstimos do PAEL e do REEQUILIBRIO FINANCEIRO.

### Situação dos Fundos Disponíveis

Desde 22 de Fevereiro de 2012, que o acto administrativo de decisão de contratação de qualquer despesa (decisão de contratar e assunção de compromissos), procedimento antecedente ao processamento de pagamento, tem que ter em conta o conceito de **FUNDOS DISPONÍVEIS**.

Em traços gerais, não basta existir orçamento disponível e não comprometido, para que se autorize a realização de uma despesa. Tem de se apurar que, no mês em curso, acrescido dos dois meses seguintes, existe um saldo positivo entre receitas esperadas e fundamentadas e as despesas já comprometidas (sejam faturas por pagar, contratos programa, rendas, notas de encomenda ou requisições/compromissos efetuados e não faturados).

Em Dezembro de 2013, o valor dos Fundos Disponíveis era negativo em € 20.357.753,00.

À data de elaboração do orçamento, tendo o mês de Setembro de 2014 como referência, o valor dos Fundos Disponíveis, **é negativo, em € 2.990.033,47.**

A realização de despesas sem a existência de FUNDOS DISPONÍVEIS positivos, iguais ou superiores à despesa a contratar, está sujeita às sanções previstas na Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, nomeadamente e transcrevendo os artigos n.º 9.º e n.º 11.º da referida Lei:

#### **Artigo n.º 9**

##### **“Pagamentos”**

- 1- Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei, em cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas e após o fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.
  
- 2- Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem o documento de compromisso, ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente possua a clara identificação do emitente e o correspondente número de compromisso válido e sequencial, obtido nos termos do n.º 3.º do artigo n.º 5.º da presente lei, não poderão reclamar, do Estado ou das entidades públicas envolvidas o respectivo pagamento, ou quaisquer direitos de ressarcimento, sob qualquer forma.
  
- 3- Sem prejuízo do artigo 11.º, os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.

#### **Artigo n.º 11**

##### **“Violação das regras relativas à assunção de compromissos”**

- 1- Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores, ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória ou reintegratória, nos termos da lei em vigor.



É necessário aumentar receitas, diminuir a dívida e as despesas a assumir, com especial enfoque nas despesas de fornecimento contínuo, de modo a aproximarmos a gestão da administração pública local, ao conceito empresarial e (nunca antes público) de lucro: receitas superiores a despesas.

### **Situação dos Pagamentos em Atraso**

Em Dezembro de 2013, o valor dos pagamentos em atraso era de € 23.115.069,89.

À data de elaboração do orçamento para 2015, o valor dos pagamentos em atraso é de € 10.889.782,11.

### **Situação do Prazo Médio para Pagamento**

Conforme reporte da DGAL, a 31/12/2013 o município de Santa Cruz, apresentava o prazo médio de pagamento de 1.049 dias.

A 30/06/2014 o prazo médio de pagamento é de 890 dias. Menos 159 dias.

## Responsabilidades Contingentes

Refere a Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, na alínea a) do n.º 1.º do Artigo n.º 46 que o orçamento municipal inclui as responsabilidades contingentes.

Refere a alínea i) do artigo n.º 1 da referida Lei, que responsabilidades contingentes, são “possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidos porque:

- i) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- ii) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

Neste sentido, e de acordo com o cruzamento de dados entre os serviços financeiros do Município, o Gabinete Jurídico do Município e a empresa Santos Pereira e Associados, Sociedade de Advogados, R.L., elencam-se as seguintes responsabilidades contingentes:

Fornecedor	Descrição	Faturas				Processo
		N.º	Tipo	Data	Valor	
<b>Processos Judiciais em curso</b>						
Construções MKM, Lda	Vereda da Eira de dentro - Ribeiro Serrão - Camacha	3980	TM	02-02-2012	120.709,83 €	31674/12.9YIPRT
Construções MKM, Lda	Recuperação e Pavimentação da Rua da Ribeira - Santa Cruz	3982	-	02-02-2012	169.429,45 €	99014/12.8YIPRT
Socopul, S.A.	Diversos trabalhos construção civil	-	-	-	77.054,66 €	328/12.7BEFUN
João Azevedo Santos, Lda.	Coletor Esgotos no Caminho do Poiso	S07/177	-	07-12-2010	5.175,00 €	190001/12.OYIPRT
Jaime Ribeiro & Filhos, S.A.	Juros sobre Garantias bancárias	-	-	-	506.441,60 €	181/11.8BEFUN
Critério de Escolha, Lda	Conduta de águas pluviais e saneamento básico (desde Caminho Arrebentão até Fonte Santo António)	4/2013	--	22/01/2013	54.824,15 €	30435/13.2YIPRT
Critério de Escolha, Lda	Beneficiação e construção da feira Santo da Serra	3/2013	-	22/01/2013	200.945,19 €	30436/13.OYIPRT
Constroplante, Lda	Requalificação da Feira do Santo da Serra	3/2013	-	22/01/2013	208.809,49 €	30359/13.3YIPRT
Rui Alberto Mendes Pinto	Acidente rally	-	-	-	142.072,87 €	Acção Administrativa Comum n.º 382/12.1BEFUN.
Processos de Cobrança duvidosa	Receitas emitidas por receber da facturação de água, saneamento e resíduos sólidos	-	-	-	766.581,99 €	-
<b>Total.....</b>					<b>2.252.044,23 €</b>	

De referir que os valores referidos no quadro supracitado, dizem respeito aos correspondentes processos judiciais, sem facturação reconhecida, ou apresentada, ou ainda facturação devolvida aquando da sua entrada nos serviços financeiros, antes de qualquer conhecimento de eventual comunicação de sentença ou homologação.

Nem todas as situações dizem respeito a auditoria de gestão que se encontra a decorrer à data de elaboração do orçamento.

## Resumo do Orçamento

Para 2015, O valor total do orçamento da despesa e da receita é de € 30.671398,63.

Prevê-se ainda a arrecadação de outras receitas, não classificadas nem como correntes, nem de capital, em € 873,60.

O princípio do equilíbrio corrente é desvirtuado, pela introdução das verbas previstas a receber pelos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO, empréstimos contratados e consignados ao pagamento de despesa faturada, abrangendo quer a componente corrente, como a de capital, o que desvirtua o princípio do equilíbrio corrente, pelo facto, do valor correspondente à entrada da receita dos empréstimos ser unicamente efectuada nas receitas de capital, o que não sucede com o orçamento das despesas e consequente classificação de facturas. O valor em causa é de € 2.396.573,31. Não existe porém outra alternativa.

O orçamento para 2015 está acima do Plano de Ajustamento Financeiro em 10,2 milhões, valor correspondente e aproximado ao valor da dívida existente à data.

De acordo com os princípios e regras contabilísticas inscritas no POCAL e em conjugação com as instruções das instâncias tutelares, o orçamento é o necessário ao registo da dívida existente (adequando o valor da contabilidade orçamental à contabilidade patrimonial), ao pagamento das despesas obrigatórias dos vencimentos, empréstimos e à realização das despesas de fornecimento contínuo, como a compra de água, electricidade, tratamento dos resíduos sólidos.

Somente o apoio social, a aquisição de material para administração directa dos serviços do município e algumas, poucas intervenções localizadas e urgentes farão parte do orçamento e da actividade do município para 2015.

Paços do Município, aos 16 de Outubro de 2014

O Presidente da Câmara

---

**Filipe** Martiniano Martins de **Sousa**

O Vice-Presidente

---

José **Miguel** Velosa Barreto Ferreira **Alves**

A Vereadora

---

**Élia** Luísa Dias Gonçalves **Ascensão**

O Vereador

---

**Dúlio** Gil Alves **Freitas**